

## **03-05-2012 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de posse do Ministro do Trabalho e Emprego, Brizola Neto**

**"O Brasil vive uma era de formalização do emprego e não de precarização. Ficou no passado aquela triste época em que milhões de brasileiros precisavam de fazer "bico" para sobreviver", disse a Presidenta**

**Palácio do Planalto, 03 de maio de 2012**

Queria cumprimentar o senhor vice-presidente da República, Michel Temer,

A senadora Marta Suplicy, presidente em exercício do Senado Federal,

O deputado Marco Maia, presidente da Câmara dos Deputados,

O ministro do Trabalho e Emprego, Brizola Neto.

Queria cumprimentar o Paulo Roberto Pinto e o ministro Carlos Roberto Lupi.

Cumprimentar aqui a Nereida Daudt Brizola, em nome de quem eu cumprimento as senhoras e os senhores familiares do Brizola.

Queria também cumprimentar as senhoras e os senhores ministros de Estado aqui presentes, cumprimentando a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann.

Queria cumprimentar os senhores senadores aqui presentes: Acir Gurgacz, Inácio Arruda e João Durval.

Cumprimentar todos os deputados e deputadas da Câmara Federal, ao cumprimentar o deputado Arlindo Chinaglia, líder do governo na Câmara.

Cumprimentar o ministro João Oreste Dalazen, presidente do Tribunal Superior do Trabalho,

O senhor Jorge Gerda, presidente da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade,

O senhor Renato Rabelo, presidente do PCdoB,

Senhores presidentes das centrais sindicais aqui presentes: Artur Henrique da Silva Santos, da Central Única dos Trabalhadores; Paulo Pereira da Silva, da Força Sindical; José Calixto Ramos, da Nova Central Sindical de Trabalhadores; Wagner Gomes, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; Ubiraci Dantas de Oliveira, da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil.

Senhoras e senhores representantes dos movimentos sociais do campo: Elisângela dos Santos, da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar – Fetraf; Alexandre Conceição, coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Alberto Brochi, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura –

Contag.

Queria cumprimentar aqui os senhores jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.

As minhas primeiras palavras hoje são de agradecimento. Agradecimento à colaboração do ministro Paulo Roberto dos Santos Pinto. Muito obrigada, ministro.

Durante seu período como ministro interino, ele comandou o Ministério do Trabalho e Emprego com dedicação, e o manteve funcionando sem solução de continuidade.

Agradeço ainda a contribuição do ministro Carlos Roberto Lupi na condução do Ministério do Trabalho, e o seu inequívoco compromisso em defesa dos interesses dos trabalhadores. Lupi, muito obrigada.

Senhoras e senhores,

Apesar dos impactos inevitáveis da crise internacional, o Brasil passa por um período de expansão das oportunidades de emprego e da renda. Nós sabemos que o desemprego no Brasil está hoje nos mais baixos patamares de nossa história – 6,5% em março. Trata-se de um contraste gritante, mas em nosso favor, quando se compara com a situação vivida nos países das economias desenvolvidas, como é o caso dos Estados Unidos e da Europa, onde o desemprego alcançou o nível médio de 10,8%, chegando a impressionantes 24%. Em países europeus, em alguns casos, dependendo da faixa etária, até 52% de desemprego.

Nós estamos num movimento contrário ao que se verifica internacionalmente. Porque o que se vê internacionalmente é um processo de desvalorização do trabalho através da precarização do próprio emprego e, ao mesmo tempo, um processo, também, de redução do seu valor.

Nós... Nessa semana, a Organização Internacional do Trabalho mostrou que, em relação a 2007, antes da eclosão da crise, só nesse período, o mundo perdeu 50 milhões de vagas formais de emprego, pulverizadas pela crise econômica, por políticas de austeridade exagerada, pela redução de direitos e pela redução, também – e precarização, como eu já disse – da legislação trabalhista. Nós navegamos na contramão dessa tendência e desse quadro sombrio. No mesmo período, ou seja, a partir de 2007, nós, em contraste com o mundo, que perdeu 50 milhões de empregos, nós criamos 90 milhões [9 milhões] de empregos com carteira assinada, ou seja, considerando 2008 até os dias atuais.

Somente nesses últimos 15 meses do meu governo, nós geramos 2 milhões e 440 mil empregos formais. Nós, também, verificamos que os rendimentos do trabalho estão em um patamar bem diferente daqueles praticados no resto do mundo. Além disso, o Brasil vive uma era de formalização do emprego e não de precarização. Ficou no passado aquela triste época em que milhões de brasileiros precisavam de fazer “bico” para sobreviver.

Então, uma situação de mais emprego, mais trabalhadores protegidos e com bons salários é a situação que nós vivemos hoje e perseguimos, sistematicamente. A partir do governo no presidente Luiz Inácio Lula da Silva, houve uma mudança na forma pela qual o Brasil encara a renda dos 191 milhões de brasileiros e o emprego dos 191 milhões de brasileiros.

Nós mudamos a nossa forma de conceber o desenvolvimento e definimos um processo de desenvolvimento com inclusão social. Ao mesmo tempo, nós garantimos para este país um

processo de estabilidade macroeconômica através da sistemática, da incansável, do incansável e sistemático compromisso com o controle da inflação e com a incansável, também, e sistemática monitoração desse processo. Além disso, também buscamos, de forma incansável e sistemática, manter a robustez fiscal do país.

Temos certeza que o Brasil tem três grandes problemas a solucionar. Eu vou falar do ponto de vista das metas. Queremos um país com taxas de juros compatíveis com aquelas praticadas no mercado internacional. Queremos que o nosso câmbio não seja objeto de políticas expansionistas, monetárias expansionistas, que, de forma artificial, sobrevalorizem a moeda brasileira e, tornem também, de forma artificial, os nossos produtos pouco competitivos. É a chamada amarra do câmbio. E queremos que o país tenha impostos mais baixos para segurar a produtividade dos seus produtos, dos seus processos de trabalho.

Ao invés de tirar direitos sociais e de precarizar as relações de trabalho, nós queremos um país estável e que possa crescer através de um caminho, que é o caminho da educação e da capacitação do nosso trabalhador.

Resolver essas três amarras, que não é um processo que se faz do dia para a noite, que é um processo sistemático e que nós temos de procurar, não de forma artificial, mas construindo e ampliando as condições para que isso ocorra e, ao mesmo tempo, buscando sistematicamente melhorar a qualidade da nossa educação e a qualidade da formação dos trabalhadores é a nossa missão.

É assim, muito significativa, a circunstância que traz ao cargo de ministro um jovem que representa, inclusive, no sobrenome Brizola, uma história de mais de meio século de lutas sociais, de defesa do interesse nacional e de conquistas de direitos por parte dos trabalhadores brasileiros. Não bastasse levar o sobrenome Brizola, o novo ministro do Trabalho carrega consigo a história do seu tio-avô João Goulart, ex-presidente da República.

Em 1953 - vejam os senhores que coincidência –, também aos 34 anos, também jovem e determinado, Jango foi empossado ministro do Trabalho do governo democrático de Vargas. Foi Jango quem deu à pasta do Trabalho grande peso político e grande dimensão. Assim, nomear como ministro do Trabalho e Emprego Carlos Daudt Brizola Neto reforça, em meu governo, o reconhecimento da importância histórica do Trabalhismo na formação do nosso país.

Reforça, também, nossa parceria com o PDT, aqui presidido pelo Carlos Roberto Lupi. O PDT, repito, de Leonel Brizola, de Darcy Ribeiro e de tantos outros líderes históricos e atuais. Repito, o Brizola Neto ocupa, a partir de hoje, o Ministério que Vargas criou com visão de estadista e que Jango comandou com grande visão social.

Ao contrário do que se costuma apregoar, o Brasil tem memória sim. O povo brasileiro não esquece suas grandes vitórias, os avanços e também as derrotas. E, sobretudo, o povo brasileiro não esquece o que obteve graças aos seus esforços e às suas lutas. O Brasil respeita seus símbolos e sabe honrar sua história.

O Trabalhismo está na memória dos brasileiros porque está gravado numa longa trajetória de conquistas. A jornada de oito horas, o salário mínimo, o direito à organização sindical, a adoção de uma legislação de proteção ao trabalhador.

É esse passado, junto com o presente marcado pela expansão do emprego e da renda e, sobretudo, o futuro, que construiremos ainda mais próspero para o povo brasileiro, para o trabalhador brasileiro, para os empresários brasileiros, para a juventude brasileira, que contarão, a partir de agora, com a força simbólica, com a capacidade de trabalho, com a qualidade e com a liderança do nosso novo ministro do Trabalho e Emprego.

Seja muito bem-vindo ao meu governo, Brizola Neto!

▣ Ouça a íntegra do [discurso \(http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-posse-do-ministro-do-trabalho-e-emprego-brizola-neto-brasilia-df-14min20s\)](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-posse-do-ministro-do-trabalho-e-emprego-brizola-neto-brasilia-df-14min20s)(14min20s) da Presidenta Dilma.

# 08-05-2012 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de apresentação de Oficiais-Generais

**Presidenta Dilma cumprimenta os novos oficiais-generais e enfatiza a certeza de que honrarão suas novas funções e, ao exercê-las, contribuirão para fazer de nossas Forças Armadas cada vez mais motivo de orgulho para brasileiros e para brasileiras**

**Palácio do Planalto, 08 de maio de 2012**

Senhor Michel Temer, vice-presidente da República,

Embaixador Celso Amorim, ministro da Defesa,

General José Elito Carvalho Siqueira, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional,

Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, comandante da Marinha,

General de Exército Enzo Martins Peri, comandante do Exército,

Tenente Brigadeiro do Ar Juniti Saito, comandante da Aeronáutica,

General José Carlos De Nardi, chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas,

Senhores oficiais-generais,

Senhoras e senhores familiares,

Senhoras e senhores fotógrafos, cinegrafistas,

Senhoras e senhores jornalistas,

Senhoras e senhores,

Mais uma vez participo com satisfação desta solenidade que, sem dúvida, tem especial significado para os senhores oficiais-generais e para suas famílias.

Os senhores, oficiais das Forças Armadas, foram promovidos aos mais altos postos da hierarquia militar pela sua competência e destacadas trajetórias profissionais. Ascendem a novas funções por terem atuado, com profissionalismo e disciplina, para o avanço de uma causa nobre: a defesa de nossa pátria.

Sei perfeitamente o que implica na trajetória de uma carreira de oficial-general todos os desafios e as superações que foram necessários ao longo do caminho.

Novas responsabilidades e desafios serão, agora, enfrentados nos cargos que assumem a partir de hoje.

Ao cumprimentá-los registro minha certeza de que honrarão suas novas funções e, ao exercê-las, contribuirão para fazer de nossas Forças Armadas cada vez mais motivo de orgulho para brasileiros e para brasileiras.

Senhores oficiais-generais,

Esta promoção ocorre em um momento em que novas tarefas se apresentam às nossas Forças Armadas. Somos a sexta economia do mundo e queremos ser um país desenvolvido, com elevado Índice de Desenvolvimento Humano. As nossas Forças Armadas também têm de estar à altura do país em meritocracia, profissionalismo e capacidade técnica, e, além disso, em capacidade dissuasória.

A missão de paz no Haiti, liderada com tanta sensatez e competência por nossas Forças Armadas, é exemplo emblemático também das novas responsabilidades brasileiras no cenário internacional.

Os resultados alcançados na operação Ágata, ação fundamental de nosso Plano Estratégico de Fronteiras, demonstram a capacidade de nossas Forças Armadas de reprimir o ilícito, ampliar a proteção de nossas fronteiras e, em simultâneo, a prestação de serviços médicos e sociais à população dessas regiões.

A cooperação com as forças civis de segurança no âmbito federal, estadual e municipal para recuperar o controle sobre áreas conflagradas, para garantir a segurança de grandes eventos internacionais, como os que o Brasil irá sediar, e, ao mesmo tempo, a necessidade de uma presença das Forças Armadas brasileiras no sentido dissuasório, impõem novos espaços de atuação, grandes desafios em todos os níveis.

A proteção ao patrimônio de nosso país, do qual as linhas de transmissão, as hidrelétricas e o pré-sal são um exemplo, é uma tarefa estratégica para o presente e o futuro do Brasil, que cabe a todos nós e, em especial, às Forças Armadas.

Somos e continuaremos a ser um país pacífico, que respeita a soberania das outras nações, que vive em paz com elas e que preza suas boas e frutíferas relações com os nossos vizinhos há mais de 140 anos. Mas sabemos que a capacidade dissuasória do Brasil é fundamental para a continuidade desse cenário de paz e de respeito mútuo.

Capacidade adequada de dissuasão requer, como eu já disse, Forças Armadas bem equipadas e bem treinadas, e exige também uma indústria nacional de defesa forte.

É isso que nos cabe, cada vez mais, construir nos próximos anos. Por isso estamos trabalhando para que a recomposição da capacidade operativa das Forças Armadas esteja associada à busca de autonomia tecnológica e acompanhada do fortalecimento da indústria de defesa nacional, pois é assim que nossas Forças Armadas continuarão a exercer, com excelência, suas tarefas constitucionais.

Senhores oficiais-generais,

Esta cerimônia consagra uma conquista profissional e pessoal de cada um dos senhores. Os familiares e amigos aqui presentes são testemunhas de suas honrosas carreiras. Viveram com os senhores todos os momentos dessa trajetória e estão aqui hoje orgulhosos, presenciando o reconhecimento do esforço de seus esposos, pais, filhos, irmãos ou amigos. Celebrem, portanto, este momento.

Reitero meus cumprimentos a cada um dos novos oficiais-generais e às suas famílias e desejo-lhes sucesso nas novas e importantes responsabilidades que assumem a partir de agora.

Meus parabéns!

Ouçã a íntegra do [discurso \(http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-apresentacao-de-oficiais-generais-brasilia-df-06min57s\)](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-apresentacao-de-oficiais-generais-brasilia-df-06min57s) (06min57s) da Presidenta Dilma

■

Salvar

# **11-05-2012 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de entrega de unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida e inauguração de escola de Educação Infantil do Proinfância**

**O município de Betim possui 2.396 unidades do Minha Casa, Minha Vida, o que representa, em média, 43% da execução do programa na região metropolitana de Belo Horizonte**

**Betim-MG, 11 de maio de 2012**

Primeiro, eu queria dizer pra vocês que eu estou muito feliz em estar aqui. E estou muito feliz de estar aqui porque eu até nasci aqui perto, eu nasci em Belo Horizonte, e eu sempre vim aqui a Betim. E eu sei que Betim é um grande centro industrial de Minas Gerais. E sei, também, que aqui em Betim uma população muito importante de Minas Gerais se concentra.

Estou feliz porque eu sei que, hoje, nós estamos aqui com duas questões importantíssimas: a casa e a creche. A casa e a creche, elas são responsáveis pela melhoria de vida da população de Betim. Por isso, eu estou muito feliz de estar aqui.

Vou cumprimentar, aqui, a nossa prefeita Maria do Carmo e os ministros que me acompanham. O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, e o mineiro – como não podia deixar de ser, que está no meu ministério – que é o ministro Fernando Pimentel, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Queria, também, cumprimentar um grande parceiro do governo, o senador Clésio Andrade.

Os deputados federais Gabriel Guimarães, Luis Tibé, Miguel Corrêa, Toninho Pinheiro, Reginaldo Lopes e Walter Tosta.

Cumprimentar o nosso prefeito de Belo-Horizonte, o querido Marcio Lacerda, sem dúvida, no que se refere a capitais, um dos grandes prefeitos desse país.

Queria cumprimentar, também, as senhoras e os senhores deputados estaduais e todas as lideranças políticas: vereadores, vereadoras, prefeitos da região, prefeitos de Minas Gerais.

Cumprimentar o presidente da Caixa, Jorge Hereda, e agradecê-lo por ter essa ação muito forte, garantindo casas e creches.

Cumprimentar, em nome de todas as famílias beneficiadas, a Ana Paula, que recebeu aqui a chave, que é mãe de cinco filhos, e que, de fato, falou aqui uma coisa com muita, mas com muita sinceridade: a importância de deixar de pagar aluguel, poder usar o dinheiro do aluguel para outras coisas e, ao mesmo tempo, ter a casa dela, a segurança dela, para morar.

Cumprimentar, também, a todos aqueles que receberam as chaves aqui e que representam as famílias beneficiadas: a Maria das Graças, o José Carlos, a Ursulina e a Cleide.

Cumprimentar os senhores os fotógrafos os cinegrafistas e os senhores jornalistas.

Eu estou emocionada de estar aqui na véspera dos Dias das Mães. Domingo é Dia das Mães. E eu vou falar aqui de duas coisas que interessam a cada mãe e a cada pai deste país que é a questão da moradia e a questão da creche. A moradia, porque nós falamos muito em segurança. É importantíssimo assegurar que as nossas cidades sejam protegidas, que nós não tenhamos crime organizado, que não haja assaltos nem homicídio. Isso é algo que cada vez mais o governo do estado, ajudado pelo governo federal e pelas prefeituras, nós temos de buscar.

Mas tem uma segurança que diz respeito à vida de cada um de nós, que afeta a vida de cada um de nós e, sobretudo, a vida das nossas famílias, que é ter onde morar, ter a segurança de um lar, ter a segurança de um local onde se pode criar os filhos, onde se pode ter uma vida decente, onde a gente vai ter o aconchego e a proteção de um lar.

Quando o governo federal resolveu fazer o Programa Minha Casa, Minha Vida, ainda era presidente o nosso querido Luiz Inácio Lula da Silva. E naquela época nós decidimos que íamos criar um programa novo, um programa para beneficiar todas aquelas famílias, que ao longo dos anos, foram deixadas para trás neste país. E a questão da casa era uma questão principal. Agora, nós estamos bem avançados neste programa, tanto é que hoje estamos aqui entregando 1.100 moradias, 1.100 apartamentos.

Mas eu queria contar para vocês porque esse programa era importante. Ele era importante porque, pela primeira vez, depois de muitos anos, porque a última vez foi o BNH, e também era um programa bem menor do que esse. Pela primeira vez nós fizemos o seguinte raciocínio: é impossível alguém comprar casa no Brasil se ganha até um salário mínimo. É impossível. É impossível alguém comprar casa no Brasil se ganhar até R\$ 1.600,00 e não tiver uma poupança. Por que? Porque a equação não fecha. O custo da casa, o preço que você paga por uma casa e o salário que a pessoa recebe, não fecha.

Então, que era obrigação do Estado brasileiro, do governo federal assegurar que essas pessoas que não tinham como ter casa tivessem acesso à casa. Como? O governo federal entra com uma parte bem grande do custo da casa, e cada família entra com a sua parte de acordo com a sua renda. E foi isso que foi feito. E isso está garantindo duas coisas. Está garantindo casa para quem não tem casa, casa para pessoas que já ganhavam pouco e ainda tinham de gastar seu dinheiro com aluguel. Está garantindo para essas pessoas uma residência digna e uma casa que elas podem trancar a porta e falar: isso aqui é meu, eu moro aqui. E também, nós, com essa medida, garantimos que este país também fosse um dos países que mais empregasse gente nos últimos anos. E essas duas coisas - moradia para quem precisa e emprego - são cruciais para o país.

Mas tem uma outra coisa. Porque não é só botar casa. É garantir que a casa tenha infraestrutura, que ela tenha água, esgoto e luz elétrica. E aqui eu queria falar uma coisa muito especial para vocês sobre creche.

Durante muito tempo se tratou creche como se fosse só um lugar para você deixar as crianças para a mãe poder ir trabalhar. Mas creche não é isso não, gente. Principalmente, eu estou falando para as mulheres. Creche é o jeito que nós temos de atacar na raiz a desigualdade, de atacar na raiz a diferença de oportunidade que existe entre o filho do pobre e o filho do rico no Brasil. Porque numa creche, o que você vai garantir? Você vai garantir que a criança tenha acesso aos melhores estímulos que ela teria se a renda da família fosse maior. Com a creche, nós estamos criando o presente e o futuro do Brasil. A mãe, levar um filho para a creche é importante para a criança, não é só para a mãe, é para a criança. Porque lá ela vai ter estímulos pedagógicos e não é só comida e alimentação. Ela vai ter... vai

ser despertado nela a curiosidade, vão ser despertadas nela todas aquelas qualidades que vão ser, depois, importantíssimas para ela enfrentar a disputa no mercado de trabalho e ter cada vez um emprego melhor.

Então, um país tem de ser medido pelo que ele faz pelas suas crianças. Um país tem de ser medido pela capacidade que ele tem de transformar a vida das suas crianças dando oportunidades iguais a elas. Porque o caminho da inclusão social, é verdade, é toda política de distribuição de renda, como o Bolsa Família, como todas as políticas de valorização do salário mínimo, de aumento do emprego. Mas o grande caminho da inclusão é a educação. É a educação, minha gente, é a educação. E aí, a creche, a creche é o grande vestibular no qual a criança entra e garante uma vida melhor para ela e uma oportunidade maior para ela. Por isso, eu dou muita importância, mas muita importância para a política de creches. E acredito que as mães aqui presentes e os pais também dão.

Eu queria destacar um aspecto essencial. Acho que próximo do Dia das Mães nós temos... todos nós temos mães, não é? Nossos queridos companheiros irmãos, maridos, tios, primos, todos têm mães. Se tem uma coisa que nos une a todos, é que cada um tem mãe. E nós sabemos perfeitamente a importância da mãe na vida de cada um.

Por isso, eu queria alertar que o governo passou uma lei no Congresso que é muito importante. Mãe, na nossa sociedade, é quem cuida dos filhos. Tem casos que o pai também cuida, ou seja, que a guarda fica com o pai, se por acaso aquela família se separa. Então, eu queria destacar aqui que a lei hoje é a seguinte: a propriedade das moradias é da mulher, mas, se a guarda dos filhos ficar com os homens, a propriedade será dos homens. Como geralmente a propriedade... Aliás, a guarda dos filhos é responsabilidade da mulher, por isso que no Minha Casa, Minha Vida nós damos essa importância para as mulheres e para as mães.

E quero finalizar dizendo uma coisa para vocês. Essas 1.160 casas novas e esta creche, bem como todas as outras creches que o governo federal assumiu a responsabilidade de fazer, e vai fazer com tanto empenho como fez a ampliação das universidades, das escolas técnicas, da garantia de ensino através de bolsas nas escolas privadas, nós vamos fazer creches neste país. E vamos fazer creche porque creche não é só o nosso presente neste Dia das Mães. Creche é o nosso presente em todos os dias das mães, porque essa é a responsabilidade deste país com os milhões de brasileiros e brasileiras que são o futuro do nosso país.

Muito obrigada.

Ouça a íntegra do discurso (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-entrega-de-unidades-habitacionais-do-programa-minha-casa-minha-vida-e-inauguracao-de-escola-de-educacao-infantil-do-proinfancia-betim-mg>)(14min23s) da Presidenta Dilma

# 13-05-2012 - Pronunciamento à nação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião do Dia das Mães

**"Hoje, quero dar um abraço cheio de alegria e esperança em todas as mães brasileiras, em especial, nas que mais sofrem, nas que passam sacrifício para alimentar, criar e educar seus filhos", disse a presidenta**

Queridas mães brasileiras,

Talvez seja essa a primeira vez que, desta cadeira presidencial, alguém faz um pronunciamento no nosso dia, o Dia das Mães. Não por acaso, é também a primeira vez que nosso país tem uma presidenta, uma mulher que é mãe, filha e avó. Uma mulher, que como a maioria de vocês, já se emocionou nessa data.

Hoje, quero dar um abraço cheio de alegria e esperança em todas as mães brasileiras, em especial, nas que mais sofrem, nas que passam sacrifício para alimentar, criar e educar seus filhos. Sei que quando uma presidenta fala para as mães mais pobres, todas as outras mães a escutam com alma e coração. Por isso, sei que cada uma de vocês está atenta ao que eu vou dizer. Não são apenas palavras de conforto que tenho para as mães mais pobres do nosso país. Quero anunciar, hoje, o lançamento da ação Brasil Carinhoso, que irá tirar da miséria absoluta todas as famílias brasileiras que tenham crianças de 0 a 6 anos de idade.

O Brasil Carinhoso faz parte do grande programa Brasil Sem Miséria, que estamos desenvolvendo com sucesso em todo o território nacional. E será a mais importante ação de combate à pobreza absoluta na primeira infância já lançada no nosso país. O nome da ação diz tudo: Brasil Carinhoso. É o Brasil cuidadoso, o Brasil que cuida bem do seu bem mais precioso: as nossas crianças. Que tem carinho e amor por elas.

Todos sabem que a principal bandeira do meu governo é acabar com a miséria absoluta no nosso país. Mas nem todos sabem que, historicamente, a faixa de idade onde o Brasil tem menos conseguido reduzir a pobreza é, infelizmente, a de crianças de 0 a 6 anos.

Para um país, é uma realidade duplamente amarga ter, ao mesmo tempo, gente ainda vivendo na miséria absoluta e esta pobreza se concentrar, com mais força, entre as crianças e os jovens.

A concentração da pobreza é igualmente cruel regionalmente, pois é no Nordeste e no Norte onde ela está mais presente. Setenta e oito por cento das crianças brasileiras em situação de pobreza absoluta vivem nestas duas regiões. E 60% delas estão no Nordeste. Ou seja, regiões mais pobres, crianças mais desprotegidas, mães e pais entregues, historicamente, à sua própria sorte.

A vida das crianças pobres tem melhorado muito nos últimos anos no Brasil. O índice de mortalidade infantil caiu 47,5% no país, e 58,6%, no Nordeste. Porém, muito ainda precisa ser feito e a situação se agrava em períodos de seca, como ocorre neste momento no Nordeste. Por estas razões, o Brasil Carinhoso, mesmo sendo uma ação nacional, vai olhar com a máxima atenção para as crianças destas duas regiões mais pobres do país: para o Norte e para o Nordeste.

Como outros programas do Brasil Sem Miséria, ele será uma parceria dos governos federal, estaduais e municipais e terá três eixos principais. O primeiro, e muito importante, vai garantir uma renda mínima de R\$ 70,00 a cada membro das famílias extremamente pobres que tenham pelo menos uma criança de 0 a 6 anos. É uma ampliação e um reforço muito importante ao Bolsa Família. Isso, aliás, tem sido uma prática bem-sucedida do Brasil Sem Miséria.

O segundo eixo do Brasil Carinhoso será aumentar o acesso das crianças muito pobres à creche. E o terceiro, ampliar a cobertura dos programas de saúde para elas. Neste caso, além do reforço dos atuais programas de saúde, vamos lançar um amplo programa de controle da anemia e deficiência de vitamina A, e introduzir remédio gratuito contra asma nas unidades do Aqui Tem Farmácia Popular.

Quero enfatizar a importância de se ampliar efetivamente o acesso das crianças pobres às creches. E creche significa mais que um teto ocasional para essas crianças. A creche significa saúde, educação, comida, conforto, lazer e higiene. Significa atacar pela raiz a desigualdade. Para ampliar essa cobertura, vamos construir novas creches e, especialmente, ampliar e estimular convênios com entidades públicas e privadas.

Com o Brasil Carinhoso, estamos reforçando fortemente as ações do Brasil Sem Miséria que beneficiam as mulheres e as crianças. As crianças, aliás, têm sido a prioridade desde o início do programa, como mostram, por exemplo, os subprogramas Bolsa Gestante e o Bolsa Nutriz.

Fico muito feliz de poder anunciar o Brasil Carinhoso no Dia das Mães. É uma forma de reafirmar, de maneira ainda mais contundente, que nosso governo tem o maior conjunto de programas de apoio à mulher e à criança da nossa história. Ou seja, é o Brasil cuidando cada vez mais de quem dá a vida e de quem faz o futuro.

É um Brasil moderno e amoroso, cuidando de suas mães e dos nossos queridos brasileirinhos e brasileirinhas.

Um feliz Dia das Mães e uma vida mais feliz para todas as mães brasileiras é o que desejo de todo coração.

Obrigada e boa noite.

Ouçã a íntegra do [pronunciamento](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-por-ocasio-do-dia-das-maes) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-por-ocasio-do-dia-das-maes>) (<http://www2.planalto.gov.br/multimedia/galeria-de-audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-lancamento-da-agenda-de-atencao-basica-a-primeira-infancia-e-de-assinatura-de-termos-de-compromisso-para-construcao-de-creches-do-programa-proinfancia-pac2-22min59s>) (06min56s) da Presidenta Dilma

Salvar

# **14-05-2012 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de lançamento da Agenda de Atenção Básica à Primeira Infância e de assinatura de termos de compromisso para construção de creches do Programa ProInfância/PAC2**

**Entre as ações do Plano, estão a ampliação do Bolsa Família, fortalecimento da educação, com o aumento da oferta de vagas nas creches, e cuidados adicionais na saúde, com a suplementação de vitamina A, de ferro, e medicação gratuita contra asma**

**Palácio do Planalto, 14 de maio de 2012**

Queria cumprimentar o deputado Marco Maia, presidente da Câmara dos Deputados, Cumprimentar aqui os ministros que representam todo o esforço do governo para que esse programa, focado nas crianças de zero a seis anos, fosse implementado: a ministra Gleisi Hoffmann, da Casa Civil; a ministra Tereza Campello, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Aloizio Mercadante, da Educação; Alexandre Padilha, da Saúde; Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Queria cumprimentar os demais ministros presentes e agradecer a colaboração de todos eles e, para isso, cumprimento a ministra Miriam Belchior.

Queria cumprimentar o Jaques Wagner, governador da Bahia, Eduardo Campos, de Pernambuco, e dirigir um cumprimento especial a uma pessoa que, lá em Pernambuco, desenvolve um extraordinário programa de apoio à criança e às mães, a Renata Campos, minha amiga, que desenvolve o programa Mãe Coruja. Sem dúvida, um dos melhores programas desenvolvidos em todo o país.

Queria cumprimentar também o senador José Pimentel, líder do governo no Congresso Nacional,

O senador Eduardo Braga, líder do governo no Congresso Federal,

Cumprimentar aqui todos os senadores presentes: Angela Portela, Anibal Diniz, Ciro Nogueira, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, Gim Argello, João Ribeiro, Jorge Viana, Renan Calheiros, Romero Jucá e Valdir Raupp.

Cumprimentar o deputado Arlindo Chinaglia, líder do governo na Câmara dos Deputados.

Cumprimentar aqui os senhores prefeitos da capital: Amazonino Mendes, de Manaus; Elmano Férrer, de Teresina; Francisco Galindo, de Cuiabá; João Castelo, de São Luís; Raimundo Angelim, de Rio Branco; Roberto Sobrinho, de Porto Velho.

Queria agradecer as palavras generosas da prefeita de Pederneiras (SP), a Ivana Maria Bertolini Camarinha e, por meio dela, cumprimento todas as prefeitas e os prefeitos aqui presentes, que estão participando desta cerimônia.

Cumprimento também o senhor Eduardo Tadeu Pereira, presidente da Associação Brasileira

de municípios.

Cumprimento também os representantes dos prefeitos signatários, aliás, os prefeitos signatários, representantes de todos os prefeitos que fizeram os convênios: José Castelo Deschamps, da cidade de Biguaçu, estado de Santa Catarina, pela região Sul; o prefeito Lineu Olímpio de Souza, da cidade de Jaraguá, estado de Goiás, pela região Centro-Oeste; o prefeito Abrahão Costa Martins, da cidade de Miranorte, estado de Tocantins, pela região Norte; o prefeito Alair Correia de Amorim, da cidade de Taquarana, estado de Alagoas pela região Nordeste; o prefeito Neucimar Ferreira Fraga, da cidade de Vila Velha, do estado do Espírito Santo, pela região Sudeste;

Senhoras e senhores jornalistas, fotógrafos, cinegrafistas,

Minhas amigas e meus amigos,

Todas as pessoas aqui presentes,

Eu acredito que nós estamos aqui em um momento muito especial, porque aqui nós estamos celebrando e enaltecendo a vida nas figuras da mãe e da criança.

Tanto a mãe quanto a criança são elos fortes e insubstituíveis na transmissão da cadeia da vida e na construção de uma sociedade. Quando eu anunciei ontem, no Dia das Mães, o programa, dentro do programa o Brasil sem Miséria – esta ação que nós chamamos de Brasil Carinhoso – eu disse que é uma tragédia dupla um país ter gente ainda vivendo na pobreza absoluta e essa pobreza ainda por cima se concentrar mais fortemente naquela faixa etária das crianças de zero a seis anos.

Essa, sem dúvida, é uma realidade dramática e nesse contexto um triste paradoxo para um país como o Brasil, que é a atenção entre a força da vida que nessa etapa se manifesta em todo seu esplendor, e a dificuldade extrema de sobreviver que também se manifesta com toda a sua tragédia.

O absurdo que é uma mãe com função transcendental de gerar a vida, de transmitir a vida, e de um filho, que é o futuro, estarem tão vulneráveis à fome, à doença e ao abandono. Em suma, vulneráveis aos males e aos malefícios da pobreza extrema.

Essa contradição foi encarada pelo presidente Lula a partir de 2003, quando ele teve a ousada ideia – na época, bastante criticada – de criar e construir o Bolsa Família. Ali nós começamos a encarar essa triste contradição e esse triste paradoxo, principalmente porque nós sabíamos que era um absurdo isso ocorrer num país com a riqueza e a prosperidade que o Brasil têm, e necessariamente terá ainda mais no futuro. E, ao mesmo tempo, sabendo que isso ocorria numa sociedade que, espontaneamente, é uma sociedade fraterna, generosa, como a sociedade brasileira, que tem pessoas que não se conformam com uma situação como essa.

Por isso, eu acredito que uma coisa ocorreu quando nós mudamos o modelo para o modelo de desenvolvimento com distribuição de renda e com redução das desigualdades, e o Brasil sem Miséria dá continuidade de uma forma muito específica a isso. Nós podemos hoje aprimorar esse combate. Naquele momento em que ele começou, ele tinha de ser um combate generalizado com todas as armas que a gente tinha, porque nós estávamos no início de um processo. Esse processo se desenvolveu e criou, ele mesmo, seus instrumentos e a sua força, e agora nós podemos tomar atitudes muito concretas, que permitem que a redução da pobreza tenha um significado para além desse momento presente.

Por isso, o Brasil sem Miséria e essa ação, que é o Brasil Carinhoso, nascem para continuar a luta iniciada com Lula contra a situação de extrema pobreza; nascem como uma iniciativa que o Brasil oferece a seus filhos mais frágeis para que eles possam crescer fortes e saudáveis, para que eles possam crescer com as mesmas oportunidades dos outros

brasileirinhos que têm casa, comida, roupa, remédio, brinquedo, escola, que tem futuro. Sobretudo, a ação Brasil Carinhoso, é uma ação que constrói, hoje, uma ação futuro do nosso país. Dentro do Brasil sem Miséria, essa ação que nós chamamos de Brasil Carinhoso, é a mais forte iniciativa de combate à pobreza extrema nessa faixa etária.

Tenha a meta corajosa e necessária de tirar da miséria absoluta todas as famílias brasileiras que tenham pelo menos uma criança de zero a seis anos de idade. Cada pessoa dessas famílias passará a receber uma renda de R\$ 70.

Por isso é que nós dissemos, e eu vou repetir, que essa é uma das ações mais efetivas e importantes no combate imediato à extrema pobreza da primeira infância no Brasil. Mas, ao mesmo tempo, é uma afirmação que o estado brasileiro tem um compromisso e um dever com suas crianças. Tem um compromisso e um dever no sentido de cuidar e o reconhecimento que o bem mais precioso de um país são as suas crianças, são as pessoas.

Nós sempre afirmamos que o Brasil não vai ser um país forte se ele não tiver um compromisso, não só com o crescimento do seu produto interno bruto, mas com o crescimento das condições de vida da sua população, com índices de dignidade e de garantia, de oportunidades iguais para todos brasileiros.

Um país que não vai se conformar jamais a uma situação que era característica do passado, a existência de dois brasis: um forte, rico com futuro, e outro frágil, pobre e sem esperança. Nós não – e jamais – aceitaremos essa divisão. E isso é algo que também considero que é uma herança do período do governo Lula.

Meus amigos e minhas amigas,

Vocês já foram informados através da exposição da Tereza Campello, do Aloizio Mercadante e do ministro Padilha do que significam essas metas e esses instrumentos. Eu faço questão de ressaltar algumas características desse plano, que é o Brasil sem Miséria, desse programa e, dentro dele, dessa ação.

Primeiro, é importante lembrar que a ação Brasil Carinhoso integra o Plano, integra esse compromisso nosso de erradicar a extrema pobreza. E a Tereza mesmo mostrou que, com ele, ampliamos para perto de 13 milhões e 500 mil o número de famílias atendidas pelo Bolsa Família, e nós ainda estamos, através da Busca Ativa, nessa cruzada para encontrar todas as famílias que vivem abaixo da linha da pobreza no Brasil.

O que assinamos hoje tem a seguinte característica. Nós estamos chegando mais perto dessa erradicação prometida e que trouxe muita desconfiança de que não seria cumprida. Essa iniciativa, ela tem – como a Tereza mostrou –, ela tem uma característica: ela reduz, de fato, a extrema pobreza de forma expressiva onde ela se concentra quando a gente olha a distribuição etária dos extremamente pobres pelas diferentes idades, não é? A distribuição etária, portanto. Isso significa que ela se concentra – a pobreza, os extremamente pobres – principalmente nas faixas de idade mais baixas da população.

Essa é uma característica da nossa distribuição, infelizmente. Talvez porque nós tenhamos feito programas corretos para o pessoal da terceira idade, com tantos programas de aposentadoria, como os programas de direitos dos idosos. Chegou a hora, portanto, de centrar, de centrar o nosso foco e o nosso olhar para essa faixa etária.

Por isso, a primeira característica dessa ação estabelece uma garantia de renda mínima mensal de R\$ 70 a cada pessoa de toda família brasileira. E por que é que nós damos essa contribuição a todas as pessoas da família que tenha pelo menos uma criança de zero a seis anos? É porque quando a gente garante a renda mínima a cada membro de uma família em condição de extrema pobreza, nós estamos reconhecendo que somente é possível retirar

uma criancinha da miséria se retirarmos, junto com ela, toda a sua família. Sem isso, é impossível. E isso por uma razão simples: a família é a unidade de proteção das crianças. A família é uma invenção humana de proteção de pequenos e jovens, de crianças e jovens. Por isso, nós estamos fazendo essa política para cada pessoa dessa família que tenha pelo menos uma criança, nós daremos uma renda mínima de R\$ 70 ou mais.

Segundo, é a afirmação de que a política de creches é estratégica e prioritária para o presente e para o futuro. Para o presente, porque as formas de a gente eliminar a extrema pobreza passam por garantir o futuro. Não tem como você, de fato e sustentavelmente, eliminar a pobreza se não se der futuro para as pessoas. Para os adultos ou para os jovens, já de faixa etária mais velha, trata-se de garantir oportunidade de emprego, melhor educação. Para as crianças trata-se de garantir creches. Nós temos de garantir creches.

A partir de agora nós iremos buscar, por todos os meios possíveis, implantar, conveniar, construir e incentivar a existência de creches em todas as regiões do país, em especial nas mais pobres.

Nós sabemos que as creches não são um teto ocasional para as crianças se refugiarem. Para nós, a creche é, primeiro e principalmente, uma forma de se atacar a desigualdade pela raiz. A desigualdade é sempre desigualdade de oportunidades, ela é sempre isso.

Atacar pela raiz significa estimular a criança, dar escola, dar a melhor infraestrutura que pudermos, garantir através de um custeio que essa criança vai ter acesso a lazer nessas creches, a carinho, a comida, a proteção, a segurança, e também, que essas crianças terão suas portas abertas para, depois, disputarem o seu lugar na sociedade através de mais educação, através da ProInfância, do primeiro, do fundamental e do ensino médio.

Portanto, isso significa evitar o fechamento irreversível da primeira porta de acesso a uma vida melhor. Significa fortalecer o seu direito à vida e à cidadania.

O terceiro eixo está focado na saúde de nossas crianças. Nós vamos assegurar que o programa Saúde nas Escolas contemple de forma especial às crianças e creches e também, obviamente, as crianças na pré-escola e no ensino fundamental, mas vamos ter uma ênfase em creches, porque até hoje não era essa a prioridade. A partir de agora, é prioridade.

Além disso, nós vamos assegurar, como o ministro Padilha mostrou, que essas crianças tenham complementação de ferro e de vitamina A, essenciais para o crescimento saudável.

E vamos garantir que em todas farmácias, e as que têm farmácia popular, os remédios para asma sejam gratuitos e para toda e qualquer mãe que precise dar esses remédios e tenha obviamente uma receita médica.

Por isso, eu queria dizer para vocês que nosso país, ele vem sendo apontado, como um país que é muito bem sucedido, no fato de conseguir, ao mesmo tempo, em que o país cresce, nós distribuimos renda. Isso é muito importante no momento em que nós estamos vivendo, que é o momento em que países, economias de países desenvolvidos e sociedades de países desenvolvidos passam por grandes dificuldades.

Hoje mesmo volto a crítica à crise da Zona do Euro e vários fantasmas que pareciam afastados pelas expansões monetárias bastante significativas – os dinheiros colocados nos bancos pelo mundo afora –, todo esse processo começa a ser questionado politicamente, não só pelo que aconteceu na França, pelo que aconteceu na Grécia, e pelo que aconteceu naquele estado alemão, que é um dos estados mais ricos da Alemanha, que é Renânia do Norte - Westfalia.

Por isso nós temos de ter muito orgulho de termos esse foco social e de, mais do que termos

esse foco social, de termos encontrado as formas de conduzir, com muita clareza, com muita justeza, esse caminho, que é o desenvolvimento econômico com uma ampla e inquestionável justiça social.

Eu queria dizer que nós estamos no meio do caminho da nossa longa caminhada para nos transformarmos, de fato, em um país justo e desenvolvido. Talvez no último terço do caminho, mas eu acho que nós temos de ter a modéstia de perceber que ainda muito falta fazer e, por isso, a importância desse programa.

E quero dizer para vocês que o meu governo estará atento para aprofundar esse tipo de política, de tal forma que nós tenhamos condições de dar um passo cada vez maior em direção do que nós escrevemos no dístico do meu governo: “País rico é país sem pobreza”.

Eu acredito que, em quaisquer circunstâncias, esse é um governo que não tem medo de enfrentar esse duplo desafio do Brasil, que é ao mesmo tempo criar todas as condições para erradicar a pobreza e, ao mesmo tempo, tratar este país, que é rico, que tem de criar ciência, tecnologia e inovação. A arte da gestão do governo e da sociedade brasileira é fazer com que país rico seja um país sem pobreza quanto mais rápido, melhor.

Muito obrigada.

[Ouça a íntegra do discurso \(http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-lancamento-da-agenda-de-atencao-basica-a-primeira-infancia-e-de-assinatura-de-terminos-de-compromisso-para-construcao-de-creches-do-programa-proinfancia-pac2-22min59s\)](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-lancamento-da-agenda-de-atencao-basica-a-primeira-infancia-e-de-assinatura-de-terminos-de-compromisso-para-construcao-de-creches-do-programa-proinfancia-pac2-22min59s) (22min59s) da Presidenta Dilma

# **15-05-2012 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de abertura da XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios**

**Palácio do Planalto, 15 de maio de 2012**

Deputado Marco Maia, presidente da Câmara dos Deputados,

Senhor Paulo Roberto Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional dos Municípios,

Senhor João Carlos Coser, presidente da Frente Nacional dos Prefeitos,

Senhoras prefeitas e senhores prefeitos, que participam da 15ª Marcha Brasília em Defesa dos Municípios.

Queria cumprimentar aqui a ministra Gleisi Hoffmann, da Casa Civil,

Ideli Salvatti, da Secretaria de Relações Institucionais,

O ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro,

O ministro da Educação, Aloizio Mercadante,

O ministro Brizola Neto, do Trabalho e Emprego,

O ministro Garibaldi Alves, da Previdência Social,

O ministro Alexandre Padilha, da Saúde,

O ministro Fernando Pimentel, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,

A ministra do Planejamento, Miriam Belchior,

O ministro do Turismo, Gastão Dias Vieira,

O ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho,

O ministro Pepe Vargas, do Desenvolvimento Agrário,

Aguinaldo Ribeiro, das Cidades,

Marcelo Crivella, da Pesca.

Queria cumprimentar as ministras Luiza Bairros, de Políticas de Promoção da Igualdade [Racial],

Eleonora Menicucci, da Secretaria de Mulheres,

E o ministro de Portos, Leônidas Cristino.

Queria cumprimentar o coordenador residente das Nações Unidas do Brasil, senhor Jorge Chediek,

Os deputados federais aqui presentes: Edson Pimenta, Jesus Rodrigues, Nelson Padovani, Nilson Leitão, Sandra Rosado, Valtenir Pereira e Vicente Cândido.

Queria cumprimentar as senhoras e os senhores presidentes de associações estaduais de municípios.

Queria cumprimentar o Luiz Barreto, presidente do Sebrae.

Queria cumprimentar os senhores jornalistas e as senhoras jornalistas, os fotógrafos e os cinegrafistas aqui presentes.

Senhoras e senhores,

Sinto-me honrada por participar, pela segunda vez como Presidenta da República, desta marcha em defesa dos municípios. Marcha que, a cada ano, é um exercício de democracia e de fortalecimento da federação brasileira.

Sabemos da importância estratégica dos municípios para o desenvolvimento do país. Eu comecei a minha vida pública como secretária da Fazenda de Porto Alegre, e eu sei a importância que os municípios têm para o desenvolvimento do Brasil.

Por isso, o meu governo, em cada ação e em cada programa, se preocupa em colocar na prática os princípios da constituição e reconhecer o papel fundamental dos municípios como entes federados. Com um detalhe muito importante que os presentes podem testemunhar: para nós, e a partir do governo Lula – eu sou testemunha disso -, não interessa o partido político do prefeito ou da prefeita. Se tiver projeto, se tiver condições de executar, se melhorar a vida da população, isso é o que importa e o que interessa.

Reafirmo a todos os prefeitos e prefeitas que estão aqui reunidos e podem estar certo do meu compromisso em todo o meu mandato em manter uma parceria respeitosa e produtiva com os estados e municípios. Parceria que é essencial para que sejamos capazes de superar os desafios, melhorar a qualidade de vida da população e construir um Brasil mais justo, mais desenvolvido e com uma federação cada vez mais forte.

Prefeita e prefeitos, se é verdade que nós mudamos o modelo e a concepção de desenvolvimento no Brasil, que nós optamos por um desenvolvimento com inclusão social e com justiça social, que nós passamos a olhar o Brasil, não como dois brasis, um para os ricos e outro para os pobres, é também verdade, que nesse processo nós rompemos muitas barreiras. Nós, de fato, tiramos 40 milhões de brasileiros que viviam em diferentes situações de pobreza e os alçamos às classes médias. É quase uma Argentina. Mas também, é fato que existe ainda muitos desafios, desafios que vão desde o processo de resgate da pobreza de 16 milhões de brasileiros e brasileiras que ainda vivem em situação de pobreza, até um processo que, eu diria, que é o caminho da grande incorporação dos brasileiros e das brasileiras nas riquezas. Que é a educação de qualidade, a inovação, a ciência, a tecnologia e o fato que nós temos que, ao mesmo tempo que tratar da pobreza extrema, temos de ter condições de gerar conhecimento, agregar valor e fazer ciência e tecnologia.

Mas, nós temos vários desafios que são desafios macroeconômicos, também, que afetam o governo federal, os estados e os municípios. O Brasil tem dois, ou três, ou quatro, mas seguramente tem três principais entraves de curto prazo. Nós temos taxas de juros finais incompatíveis com aquelas praticadas internacionalmente. E isso compromete o crescimento do país. Nós temos, ainda, nos últimos dias, por vários fatores, e isso tem se alterado, mas nós tivemos taxas de câmbio extremamente sobrevalorizadas e temos uma estrutura tributária que ela não é só ruim do ponto de vista da distribuição da federação, ela é ruim também do ponto de vista da distribuição social dos tributos.

Esse três entraves, eles se articulam, eles funcionam como uma barreira para que o Brasil tenha uma taxa de crescimento compatível com a necessidade dele, de não só manter esse nível de emprego, mas ele tem de crescer para poder distribuir riquezas.

O Brasil é um país que, se a gente olhar no mundo, é um dos países que tem mais capacidade de melhorar o seu perfil de renda, a sua distribuição de renda, desde que haja vontade política para isso. Por isso, eu afirmei aqui na Marcha de Abertura dos Prefeitos, que a continuidade do desenvolvimento do Brasil, de forma sustentável, ou seja, cresce um ano e não cresce no outro, não é isso que nós queremos. Nós queremos um crescimento constante, equilibrado, e que a inflação esteja sob controle. E que o país possa ter certeza que está gerando as riquezas suficientes para distribuir com a sua população, que ficou mais de centenas de anos, desde o nosso descobrimento, na marginalidade do crescimento econômico, das políticas sociais.

Então, para dar continuidade a esse desenvolvimento sustentável, nós tivemos e fazemos ações de continuidade de vários programas sociais do governo do presidente Lula.

E, a partir de uma visão e uma concepção, é impossível transformar o Brasil, do ponto de vista social, se nós não contarmos com os governadores e os prefeitos. Não é possível fazer isso.

Nós sabemos que tem várias coisas que o governo federal tem poder de fazer no plano federal. Mas, nós sabemos, também, que essas coisas são incompletas. Por exemplo, nós temos condições de ter uma política absolutamente igualitária para todo o Brasil, e isso é fundamental, para todos os municípios. Igual sim, para todos os municípios. Uma política que é o Bolsa Família. É igual para todos os municípios.

Mesmo sabendo que no Nordeste e no Norte se concentram a pobreza nesse país, nós sabemos que têm bolsões de pobreza no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste. Então, a política do Bolsa Família é para todos os municípios. Isso é fundamental em um país com 191 milhões de habitantes e essa extensão territorial. Porque significa que nós queremos que esses municípios tenham o mesmo nível de tratamento para aquelas populações mais pobres.

E isso não significa que o Norte e o Nordeste não serão mais beneficiados. Serão. Sabe por que que serão? Serão, porque lá se concentra a maior pobreza. Então, nós construímos uma política que é nacional. Agora, ela só é possível de ser executada com a parceria com estados e municípios.

Quem é que vai fazer o cadastro? Tem de ser feito o cadastro sim. Nós temos de cadastrar. Esse país superou a forma de dar benefícios e benesses e utilizar os benefícios e as benesses para fazer política com eles. É direito do cidadão receber Bolsa Família. E aí o cadastro que os senhores praticam é algo meritocrático para os senhores. É algo que mostra a evolução dos nossos prefeitos e das nossas prefeitas.

Nós somos um país que temos de reconhecer, o Bolsa Família não existe sem os prefeitos e as prefeitas, não existiria.

Nós sabemos que isso, pelo volume de recursos, é obrigação da União.

E por isso, recentemente, agora, conseguimos destinar uma parcela substantiva dos recursos para mudar o patamar do Bolsa Família, o que vai beneficiar a população extremamente pobre deste país, do Oiapoque ao Chui. Trata-se de um benefício, uma forma, uma ampliação do Bolsa Família, mas é um benefício para quem? Para as famílias que têm pelo menos uma criança de 0 a 6 anos. Essa família que tem uma criança de 0 a 6 anos vai receber per capita pelo menos R\$ 70,00.

Isso é extremamente significativo e tudo indica que nós iremos conseguir reduzir de forma drástica a extrema pobreza nessa faixa que é uma das faixas mais perversamente atingidas pelas diferenças sociais no Brasil. Porque o Brasil tem uma distribuição de renda que beneficia as pessoas mais velhas em detrimento das crianças e dos muito jovens.

E por que nós fazemos isso dando para cada pessoa da família? Porque nós jamais tiraremos da pobreza crianças de 0 a 6 anos, se não tirarmos da pobreza, da condição de extremamente pobres as suas famílias. A criança não tem como sair sozinha da pobreza. Ela só sai, se a sua família que é seu núcleo protetor, sair junto. E por isso, nós fizemos isso. Esse é um processo que aponta na direção do nosso compromisso de erradicar a pobreza até... a pobreza, não, desculpa, a situação de extrema pobreza até 2014.

Eu queria dizer que essa parceria para o governo federal ela é muito cara. Eu concordo que há desajustes que nós não temos e não alcançamos a melhor relação possível. Mas, eu não concordo que o governo federal não tenha feito tudo o que era possível, dado a nossa situação, para ampliar a parceria com os municípios.

E aí, eu vou tratar da questão da oferta de vagas em creches. Porque esse é o período fundamental para o desenvolvimento das crianças. Nós não demos prioridade à creche porque nós achamos que as creches são o local em que se coloca as crianças para as mães poderem trabalhar. Não, não foi por isso que nós demos. É uma, vamos dizer, consequência a nossa valorização das creches. Nós também não fizemos isso porque a creche é um local que a gente coloca a criança porque a criança está numa situação de dificuldade de alimentação ou de assistência pelos pais. Nós colocamos por causa da criança, propriamente dita. Nós consideramos que crianças de zero... de seis meses até três anos, eu estou falando de creche nesta fase, porque de quatro a cinco é pré-escola. Nós consideramos que a creche é um instrumento fundamental de construir o processo de inclusão social no Brasil de maneira muito profunda.

Não se trata, aí, apenas de uma oportunidade em que uma criança é contemplada. Se trata de uma oportunidade de futuro para essa criança. Sabemos que, nessa idade, quando nós conseguimos fornecer para a criança estímulos adequados, carinho, proteção, alimentação adequada, saúde adequada, nós podemos mudar o futuro de uma geração inteira de brasileiros e de brasileiras.

E nós queremos atacar a desigualdade pela raiz. O lugar em que ela está é aí. Eu quero dizer para vocês que o meu governo fará o possível e o impossível, não só com custeio, mas com, com custeio e com investimento, tudo o que for possível para garantir que a parte mais pobre das crianças desse país estejam em creche. O possível e o impossível.

Quero dizer que nós não pouparemos recursos. E aí não é uma questão da gente assumir ou não o custeio das creches. É uma questão de um compromisso de estado do meu governo com as crianças de zero a seis anos desse país, principalmente, as de zero a três. Porque as de quatro a cinco é obrigação a universalização. Onde que não é obrigação? Não é obrigação as de seis [meses] a três.

Então, o Ministério da Educação tem, a partir do momento em que nós lançamos este programa, o compromisso de garantir que para as crianças extremamente pobres do meu país, do seu país, do nosso país sejam aquelas que serão beneficiadas com garantia de custeio, de melhor professor possível, com monitoramento, porque nós queremos crianças dentro de creches.

Porque sabemos que esse governo tem um compromisso com o futuro do país. Pode o resultado não aparecer amanhã, mas eu garanto para vocês que, daqui a 10 anos, filhos da faxineira, filhos do porteiro que serão capazes de virar doutores ou virarem excelentes

técnicos.

Nós, vou repetir, não mediremos esforços com essas creches. Não terá, em relação, é a mesma forma que nós tratamos o Bolsa Família. Nós passamos, sistematicamente – há 10 anos, mais ou menos, talvez nove anos, desde que o Bolsa Família surgiu – procurando, desde o governo Lula, procurando melhorar o Bolsa Família.

Agora, estamos nesse caminho de garantir esse processo de aumento, com critério, que vai beneficiar, sobretudo, aquelas populações mais vulneráveis, que são crianças e jovens.

Queria dizer também que nós iremos fornecer remédios de asma gratuitos no Aqui Tem Farmácia Popular, em todas as farmácias credenciadas pela rede Aqui Tem Farmácia Popular.

E iremos também garantir complementação de ferro nas Unidades Básicas de Saúde, e, na campanha de vacinação, vitamina A.

Entre outras coisas, eu queria dizer para vocês que nós estamos olhando também os investimentos do PAC, e, principalmente no caso do Minha Casa, Minha Vida, não só as grandes prefeituras, mas as prefeituras de menor porte, como vocês lembram que foi lançado no Palácio do Planalto recentemente o programa abaixo de 50 mil, em municípios abaixo de 50 mil habitantes.

Eu falo desses investimentos sociais porque eles têm essa generalidade no território nacional, que é base da parceria do governo federal com os municípios. A base da parceria do governo com os municípios é essa, mas é também esse compromisso que nós temos, em todo o Brasil, de resolver esses entraves que o país tem.

Esses entraves a que eu me referi no início do meu discurso. E isso é muito importante porque, quando se fala de reforma tributária - e nós sabemos as resistências que têm no Brasil para se fazer reforma tributária -, nós já tentamos duas vezes fazer uma reforma de maior fôlego, e nós resolvemos agora atuar, em vez de ficar discutindo se a reforma sai ou não sai. Tem coisas tão prementes, nós resolvemos atuar de forma específica em algumas áreas.

Eu acho que, de fato, existe uma distribuição, uma distribuição e uma tributação inadequada no Brasil. Não é só a distribuição que é inadequada, não. É a própria tributação que é inadequada. Se a gente for ver o que nós tributamos, nós tributamos insumos fundamentais, por exemplo, para o desenvolvimento do país.

Eu não conheço muitos países que tributam energia elétrica. Nós tributamos. Tem várias formas de tributação nossa que são regressivas. Então, a discussão de uma reforma tributária passa também pelo fato de que nós temos, no Brasil, um nível de receita.

Essa crise que os países desenvolvidos estão passando, pode levar uns cinco, seis, sete anos ou até dez, ela acaba passando. Nesse período, nós temos muito o que fazer, porque nós não temos a mesma estrutura. Nós não passamos pelos mesmos problemas deles, mas... por favor... eu não tenho (incompreensível)... obrigada... mas é importante que a gente perceba que todos eles acabarão saindo da crise. E a forma como eles têm para sair da crise, uma delas é desvalorizar o trabalho.

Hoje, no Brasil é fundamental o que o governo federal está fazendo de desoneração da folha de salário. Nós não vamos reduzir salário de ninguém, nós não vamos precarizar o trabalho de ninguém. Nós estamos tendo o cuidado para diminuir os encargos que pesam sobre a contratação do trabalhador no Brasil. O que é muito importante para todo mundo.

E nós queremos fazer isso ao mesmo tempo que nós vamos ter de discutir. Tem de entrar na

pauta do Brasil que reforma tributária nós queremos. Não adianta a gente chegar aqui e falar uns para os outros que nós queremos uma reforma tributária. Todos nós sabemos as dificuldades para implantá-la, todos nós sabemos como foi difícil aprovar a 72. Todo mundo sabe. Por quase um milímetro nós não aprovamos a 72. E a 72 é uma das coisas mais absurdas que o país praticou. O país praticava incentivo à importação contra a produção local. Era como se nós tivéssemos valorizando o trabalho dos chineses, que agradeceram profundamente à 72. Como se nós tivéssemos valorizando o trabalho de todos os europeus e dos americanos e desvalorizando o trabalho brasileiro feito aqui no Brasil.

Eu entendo porque em alguns momentos se recorreu a esse mecanismo. Porque esse modelo tributário é distorcido. Porque esse modelo tributário, da forma em que ele foi concebido, ele concentra os investimentos em poucas regiões. Eu sei disso. Agora, o que não é possível é nós criarmos um mau maior para resolver o mau menor.

Então, eu digo para vocês que tudo isso se passa nos municípios. Não tem um lugar chamado União, nem um outro chamado estado. Só tem município aqui no Brasil. Então, todas essas distorções ocorrem no município e sem dúvida, nenhuma afeta os senhores.

Nós temos tido algumas iniciativas que eu considero importante. E eu queria destacar aqui duas iniciativas. Eu, em 2011, anunciei aqui a seleção de obras de saneamento em municípios de até 50 mil habitantes. E foi feita resultando na locação de R\$ 2,9 bilhões de recursos do orçamento geral da União, que vai beneficiar 3 mil municípios. E hoje, eu trago dois outros projetos do PAC2. Eu queria dizer o primeiro que eu acho que tem importância decisiva para a pequenos municípios de 50 mil habitantes. Que é o fato que nós forneceremos a cada um dos municípios com até 50 mil habitantes, nós forneceremos uma retroescavadeira. Para cada um, sem faltar um.

Serão 3.591 municípios beneficiados. Além disso, nós temos, nós temos, 1.330 municípios que vão ser selecionados para receber motoniveladoras. Nós pretendemos estender esse processo a todos os pequenos municípios, que são aqueles com menos recursos para comprar retroescavadeira e moto niveladora. É este ano a seleção e a entrega, possivelmente, fica no final do ano, não seja no meio do ano. Porque tem... A vida é dura. A vida é dura.

Nós, estamos abrindo, de agora até julho, as inscrições – mas depois de julho está fechado –, as inscrições para o projeto de pavimentação das vias urbanas. Serão R\$ 5 bilhões de financiamento pra obras que deverão estar integradas com redes de abastecimento d'água e coleta de esgoto. Nunca o governo federal financiou obras de pavimentação nessa proporção, como vocês todos sabem.

Na Marcha do ano passado, eu me comprometi com a desburocratização dos ritos dos convênios e contratos de repasse. Antiga demanda, correta, de todos os municípios. Esse trabalho já começou. Eu quero anunciar que as medidas para garantir a retroatividade da Portaria Interministerial 507, que trata dessa simplificação, foram tomadas com a publicação dessa mudança hoje no Diário Oficial da União. Assim, a partir de agora, o novo procedimento simplificado será estendido aos contratos firmados antes da edição da portaria, para dar mais agilidade à execução de obras.

Nós vamos continuar nessa empreitada para desburocratizar os processos nos ministérios e na Caixa. Por isso, é fundamental que nós saibamos... Que nós saibamos quais são os principais elementos desse processo para podermos destravá-los. Assim como na outra Marcha, foi através de uma conversa de vocês com o pessoal do Ministério do Planejamento, da Caixa Econômica e do Ministério das Cidades que nós conseguimos formatar a portaria 507, sempre que houver essa possibilidade de reivindicação que sirva para melhorar as

condições da realização das parcerias entre a União e os prefeitos, nós estaremos abertos para executar essa desburocratização.

Eu, reitero mais uma vez, nós não pouparemos esforços para as creches de zero a três anos. Não pouparemos esforços... Não, creche é até de zero a três...o quatro a cinco é pré-escola, e o grau de universalização chegou a 80% no Brasil.

Para vocês terem um a ideia, para vocês terem uma ideia: para as crianças extremamente pobres, de seis meses a três anos, a cobertura dos extremamente pobres está em 6% só.

Então, nós vamos dar fundamentalmente para crianças extremamente pobres, de 0 a três anos. Até porque, até 2016, nós todos temos compromisso de resolver esses 20% que faltam da pré-infância. E isso está, do nosso ponto de vista, ocorrendo no ritmo adequado.

Nós vamos dar uma força. Vamos dar uma grande força, como vamos dar uma força maior também para a questão da alimentação escolar.

Bom, eu queria também dizer a vocês que todas essas creches que serão para crianças extremamente pobres, de seis meses a três anos, elas terão um acréscimo de 50% no valor do custeio das vaga. E nós iremos observar a necessidade de mais recursos.

Bom, eu queria finalizar dizendo para vocês que eu fiquei, de fato, muito preocupada com esse relatório que me foi dado aqui, que 4 mil prefeitos entrarão na barreira do Ficha Limpa.

Acho que é algo que cabe fazer uma análise das condições em que estão ocorrendo e porquê estão ocorrendo. Não é algo que a União... a União não acha que isso é correto. Acha que isso não contribui para melhores práticas, não contribui para combate a malfeito colocar inocente no Ficha Limpa.

Se tem um jeito de tornar o Ficha Limpa ineficaz é colocar pessoas que têm a ficha limpíssima como ficha suja. Então, não é bom nem para quem sofre, nem muito menos para o país, porque não leva a uma melhoria das relações institucionais, a uma melhoria dos padrão das atividades públicas e uma melhoria da ética da gestão administrativa dos recursos públicos.

Nesse sentido, eu acho que seria fundamental discutir o que é, de fato, que produz um desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, que não é fruto da iniciativa do prefeito ou da prefeita.

Acho isso importantíssimo. Acho que vocês não podem, sob pena de vocês não estarem contribuindo para melhoria da democracia no Brasil, admitir uma coisa dessas.

Então, tenham a certeza de que nós, através da Secretaria de Relações Institucionais, que temos, como vocês sabem, sistematicamente repassado a vocês as informações necessárias para uma melhor prestação de contas e para o cumprimento da lei, nós queremos auxiliar em tudo para que não fiquem vulneráveis, do ponto de vista jurídico, à Lei de Responsabilidade Fiscal.

É muito importante que na transferência da gestão de vocês, daqueles que já vão passar para o seu sucessor e para aqueles que vão se recandidatar também, que cada prefeito e cada prefeita repasse para o seu sucessor a melhor situação possível.

Nesse sentido então, podem ter certeza de que naquilo que a União puder fazer no sentido de impedir que o combate aos malfeitos e às más práticas, nós iremos impedir que pessoas inocentes, prefeitos que não têm nenhum problema sejam classificados como ficha suja, quando são ficha limpa.

Não acho isso correto, tem meu repúdio e não acho que isso contribui para o Brasil. Se tem alguma coisa desequilibrada, nós temos de abrir a discussão, torná-la pública para tomar as medidas necessárias. Porque não é boa prática, não leva à melhoria do nosso ambiente administrativo, nem amplia a nossa democracia.

Eu acho que nós temos esse dever para com o país. Então, vocês podem ter certeza de que o governo vai ser parceiro nisso. Vamos separar o joio do trigo.

Eu tenho certeza de que vocês vão concluir a gestão de vocês com a alma e a consciência de estadistas, os estadistas que estão mais próximos da população no Brasil, porque eu tenho certeza também que a população espera isso de cada um de nós.

E desejo a todos muito boa sorte, muito boa sorte. A seca, nós passamos sistematicamente enfrentando, tanto a seca no Nordeste, como a imensa quantidade de chuva que ocorre, hoje, no Amazonas, talvez cada um fruto da mesma função.

Na seca, nós já tivemos todos os... nós tivemos uma série de medidas: criamos a bolsa estíagem; estamos financiando com juros bem razoáveis; e, agora, estamos tomando outras medidas no sentido de preservar, principalmente, o grande plantel de cabras, bodes, que existe no Nordeste, que tudo indica que tem um problema sério no sentido do abastecimento e da dessedentação dos animais.

Então, o governo fez uma grande discussão com todos os governadores do Nordeste. Nós vamos criar, junto com as prefeituras, em cada uma das regiões, coordenação... não, petróleo, petróleo vocês não vão gostar do que eu vou dizer. Petróleo vocês não vão gostar.

Então, eu vou dizer uma coisa para vocês: não acreditem que vocês conseguirão resolver a distribuição de hoje para trás. Lutem pela distribuição de hoje para frente.

Ouça a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-abertura-da-xv-marcha-a-brasilia-em-defesa-dos-municipios-brasilia-df-38min41s) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-abertura-da-xv-marcha-a-brasilia-em-defesa-dos-municipios-brasilia-df-38min41s>) (38min41s) da Presidenta Dilma.

■

# 16-05-2012 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de instalação da Comissão da Verdade

Palácio do Planalto, 16 de maio de 2012

Senhor Michel Temer, vice-presidente da República,

Senhores ex-presidentes da República: senador José Sarney, ex-presidente da República e presidente do Senado Federal; senhor Fernando Collor de Mello, ex-presidente da República; senhor Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente da República; senhor Luiz Inácio Lula da Silva, ex-presidente da República;

Deputado Marco Maia, presidente da Câmara dos Deputados,

Ministro Carlos Ayres Britto, presidente do Supremo Tribunal Federal,

Senhor Dipp Lângaro, aliás, desculpa, Gilson Lângaro Dipp, representante membro do Supremo [Superior] Tribunal de Justiça, e representante aqui da Comissão da Verdade,

Senhoras e senhores ministros de Estado aqui presentes. Eu cumprimento todos ao cumprimentar a Gleisi Hoffmann, da Casa Civil; o José Eduardo Cardozo, da Justiça; o Luís Inácio Adams, da Advocacia-Geral da União; e a Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos; e o embaixador Celso Amorim, da Defesa.

Senhores ex-ministros da Justiça: Fernando Lyra, senador Aloysio Nunes Ferreira, senador Renan Calheiros e o integrante da Comissão da Verdade, que foi responsável pela fala que dá início a esta cerimônia, que é José Carlos Dias.

Queria cumprimentar também os senhores e senhoras senadores aqui presentes, ao saudar o senador Eduardo Braga, líder do governo no Senado Federal.

Cumprimentar as senhoras e senhores deputados federais, cumprimentando o deputado Arlindo Chinaglia.

Cumprimentar também o senhor Roberto Gurgel, procurador-geral da República,

O ministro João Oreste Dalazen, presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Cumprimentar aqui também os senhores comandantes das Forças: almirante Júlio Soares de Moura Neto, da Marinha; general Enzo Martins Peri, do Exército; brigadeiro Juniti Saito, da Aeronáutica; general José Carlos De Nardi, do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas.

Senhoras e senhores membros da Comissão da Verdade Cláudio Fontelles, Gilson Lângaro Dipp, José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro, Rosa Maria Cardoso da Cunha.

Queria cumprimentar todos os prefeitos aqui presentes saudando o prefeito de Porto Alegre, José Fortunati.

Cumprimentar o coordenador residente das Nações Unidas no Brasil, Jorge Chediek.

Cumprimentar o senhor Amerigo Incalcaterra, representante regional do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos, por intermédio de que cumprimento todos os demais representantes de Organismos Internacionais.

Cumprimentar todas as senhoras e senhores representantes de entidades de defesa dos direitos humanos, senhoras e senhores familiares, senhoras e senhores jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.

Senhoras e senhores,

Eu queria iniciar citando o deputado Ulysses Guimarães que, se vivesse ainda, certamente, ocuparia um lugar de honra nessa solenidade.

O senhor diretas, como aprendemos a reverenciá-lo, disse uma vez: “a verdade não desaparece quando é eliminada a opinião dos que divergem. A verdade não mereceria este nome se morresse quando censurada.” A verdade, de fato, não morre por ter sido escondida. Nas sombras somos todos privados da verdade, mas não é justo que continuemos apartados dela à luz do dia.

Embora saibamos que regimes de exceção sobrevivem pela interdição da verdade, temos o direito de esperar que, sob a democracia, a verdade, a memória e a história venha à superfície e se torne conhecidas, sobretudo, para as novas e as futuras gerações.

A palavra verdade, na tradição grega ocidental, é exatamente o contrário da palavra esquecimento. É algo tão surpreendentemente forte que não abriga nem o ressentimento, nem o ódio, nem tampouco o perdão. Ela é só e, sobretudo, o contrário do esquecimento. É memória e é história. É a capacidade humana de contar o que aconteceu.

Ao instalar a Comissão da Verdade não nos move o revanchismo, o ódio ou o desejo de reescrever a história de uma forma diferente do que aconteceu, mas nos move a necessidade imperiosa de conhecê-la em sua plenitude, sem ocultamentos, sem camuflagens, sem vetos e sem proibições.

O que fazemos aqui, neste momento, é a celebração da transparência da verdade de uma nação que vem trilhando seu caminho na democracia, mas que ainda tem encontro marcado consigo mesma. Nesse sentido... E nesse sentido fundamental, essa é uma iniciativa do Estado brasileiro e não apenas uma ação de governo.

Reitero hoje, celebramos aqui um ato de Estado. Por isso, muito me alegra estar acompanhada por todos os presidentes que me antecederam nestes 28 benditos anos. Por isso, muito me alegra estar acompanhada por todos os presidentes que me antecederam nestes 28 benditos anos de regime democrático.

Infelizmente, não nos acompanha o presidente Itamar Franco, a quem rendo as devidas homenagens, por sua digna trajetória. Por sua digna trajetória de luta pelas liberdades democráticas, assim como pelo zelo com que governou o Brasil, sem qualquer concessão ao autoritarismo.

Cada um de nós aqui presentes – ex-presidentes, ex-ministros, ministros, acadêmicos, juristas, militantes da causa democrática, parentes de mortos desaparecidos e mesmo eu, uma presidenta – cada um de nós, repito, é igualmente responsável por esse momento histórico de celebração.

Cada um de nós deu a sua contribuição para esse marco civilizatório, a Comissão da Verdade. Esse é o ponto culminante de um processo iniciado nas lutas do povo brasileiro, pelas liberdades democráticas, pela anistia, pelas eleições diretas, pela Constituinte, pela estabilidade econômica, pelo crescimento com inclusão social. Um processo construído

passo a passo, durante cada um dos governos eleitos, depois da ditadura.

A Comissão da Verdade foi idealizada e encaminhada ao Congresso no governo do meu companheiro de jornada, presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem tive a honra de servir como ministra e a quem tenho o orgulho de suceder. Mas ela tem sua origem, também, na Lei da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, aprovada em 1995, na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. Naquela oportunidade, o Estado brasileiro reconheceu, pela primeira vez, a sua responsabilidade pelos mortos de desaparecidos sob sua custódia. Pelos mortos de desaparecidos sob sua custódia durante o regime autoritário.

No entanto, é justo que se diga que o processo que resultou na Comissão da Verdade teve início ainda antes disso, durante o mandato do presidente Fernando Collor, quando foram abertos os arquivos do DOPS de São Paulo e do Rio de Janeiro, trazendo a público toneladas de documentos secretos que, enfim, revelados representaram um novo alento aos que buscaram informações sobre as vítimas da ditadura.

O Brasil deve render homenagens às mulheres e aos homens que lutaram pela revelação da verdade histórica. Aos que entenderam e souberam convencer a nação de que o direito à verdade é tão sagrado quanto o direito que muitas famílias têm de prantear e sepultar seus entes queridos, vitimados pela violência praticada pela ação do Estado ou por sua omissão.

É por isso, é certamente por isso que estamos todos juntos aqui. O nosso encontro, hoje, em momento tão importante para o país, é um privilégio propiciado pela democracia e pela convivência civilizada. É uma demonstração de maturidade política que tem origem nos costumes do nosso povo e nas características do nosso país.

Tanto quanto abomina a violência e preza soluções negociadas para as suas crises, o Brasil certamente espera que seus representantes sejam capazes de se unir em torno de objetivos comuns, ainda que não abram mão, mesmo que mantenham opiniões divergentes sobre outros temas, o que é normal na vida democrática.

Ao convidar os sete brasileiros que aqui estão e que integrarão a Comissão da Verdade, não fui movida por critérios pessoais nem por avaliações subjetivas. Escolhi um grupo plural de cidadãos, de cidadãs, de reconhecida sabedoria e competência. Sensatos, ponderados, preocupados com a justiça e o equilíbrio e, acima de tudo, capazes de entender a dimensão do trabalho que vão executar. Trabalho que vão executar – faço questão de dizer – com toda a liberdade, sem qualquer interferência do governo, mas com todo apoio que de necessitarem.

Quando cumpri minha atribuição de nomear a Comissão da Verdade, convidei mulheres e homens com uma biografia de identificação com a democracia e aversão aos abusos do Estado. Convidei, sobretudo, mulheres e homens inteligentes, maduros e com capacidade de liderar o esforço da sociedade brasileira em busca da verdade histórica, da pacificação e da conciliação nacionais.

O país reconhecerá nesse grupo, não tenho dúvidas, brasileiros que se notabilizaram pelo espírito democrático e pela rejeição à confrontos inúteis ou gestos de revanchismo.

Nós reconquistamos a democracia a nossa maneira, por meio de lutas e de sacrifícios humanos irreparáveis, mas também por meio de pactos e acordos nacionais, muitos deles traduzidos na Constituição de 1988.

Assim como respeito e reverencio os que lutaram pela democracia enfrentando bravamente a truculência ilegal do Estado, e nunca deixarei de enaltecer esses lutadores e lutadoras, também reconheço e valorizo pactos políticos que nos levaram à redemocratização.

Senhoras e senhores,

Hoje também passa a vigorar a Lei de Acesso à Informação. Junto com a Comissão da Verdade, a nova lei representa um grande aprimoramento institucional para o Brasil, expressão da transparência do Estado, garantia básica de segurança e proteção para o cidadão.

Por essa lei, nunca mais os dados relativos à violações de direitos humanos poderão ser reservados, secretos ou ultrassecretos. As duas – a Comissão da Verdade e a Lei de Acesso à Informação – são frutos de um longo processo de construção da democracia, de quase três décadas, do qual participaram sete presidentes da República. Quando falo sete presidentes é porque estou incluindo por justiça, e porque o motivo do nosso encontro é a celebração da verdade, o papel fundamental desempenhado por Tancredo Neves, que soube costurar, com paciência, competência e obstinação, a transição do autoritarismo para a democracia que hoje usufruímos.

Transição é imperativo que se lembre aqui conduzida com competência, habilidade e zelo pelo presidente José Sarney, que o destino e a história puseram no lugar de Tancredo, e que nos conduziu à democracia.

Mas, mesmo reconhecendo o papel que todos desempenharam, não posso deixar de declarar o meu orgulho, por coincidir com meu governo o amadurecimento de nossa trajetória democrática. Por meio dela, o Estado brasileiro se abre, mais amplamente, ao exame, à fiscalização e ao escrutínio da sociedade.

A Lei de Acesso à Informação garante o direito da população a conhecer os atos de governo e de estado por meio das melhores tecnologias de informação.

A transparência a partir de agora obrigatória, também por lei, funciona como o inibidor eficiente de todos os maus usos do dinheiro público, e também, de todas as violações dos direitos humanos. Fiscalização, controle e avaliação são a base de uma ação pública ética e honesta.

Esta é a razão pela qual temos o dever de construir instituições eficientes e providas de instrumentos que as tornem protegidas das imperfeições humanas.

Senhoras e senhores,

Encerro com um convite a todos os brasileiros, independentemente do papel que tiveram e das opiniões que defenderam durante o regime autoritário. Acreditemos que o Brasil não pode se furtar a conhecer a totalidade de sua história. Trabalhem juntos para que o Brasil conheça e se aproprie dessa totalidade, da totalidade da sua história.

A ignorância sobre a história não pacifica, pelo contrário, mantém latentes mágoas e rancores. A desinformação não ajuda apaziguar, apenas facilita o trânsito da intolerância. A sombra e a mentira não são capazes de promover a concórdia. O Brasil merece a verdade. As novas gerações merecem a verdade, e, sobretudo, merecem a verdade factual aqueles que perderam amigos e parentes e que continuam sofrendo como se eles morressem de novo e sempre a cada dia.

É como se disséssemos que, se existem filhos sem pais, se existem pais sem túmulo, se existem túmulos sem corpos, nunca, nunca mesmo, pode existir uma história sem voz. E quem dá voz à história são os homens e as mulheres livres que não têm medo de escrevê-la. Atribui-se a Galileu Galilei uma frase que diz respeito a este momento que vivemos: “a verdade é filha do tempo, não da autoridade.”

Eu acrescentaria que a força pode esconder a verdade, a tirania pode impedi-la de circular

livremente, o medo pode adiá-la, mas o tempo acaba por trazer a luz. Hoje, esse tempo chegou.

Ouçã a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-instalacao-da-comissao-nacional-da-verdade-brasilia-df-20min30s) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-instalacao-da-comissao-nacional-da-verdade-brasilia-df-20min30s>) (20m29s) da Presidenta Dilma

# **17-05-2012 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de entrega do Prêmio Almirante Álvaro Alberto para Ciência e Tecnologia à professora Maria da Conceição Tavares**

**Palácio do Planalto, 17 de maio de 2012**

Eu queria primeiro, rompendo o protocolo, e peço perdão ao senador José Sarney, para cumprimentar do fundo do meu coração a professora doutora Maria da Conceição Tavares.

Cumprimento o senador José Sarney, presidente do Senado,

As senhoras e os senhores ministros de Estado, aqui cumprimentando o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, o ministro Guido Mantega, da Fazenda; o ministro Aloizio Mercadante, da Educação; Ana de Holanda, da Cultura; Fernando Pimentel, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio [Exterior]; Miriam Belchior, do Planejamento, Orçamento e Gestão; Pepe Vargas, do Desenvolvimento Agrário; Gilberto Carvalho, da Secretaria Geral; José Elito, do Gabinete de Segurança Institucional; Luís Inácio Adams, da Advocacia-Geral da União; Ideli Salvatti, da Secretaria de Relações Institucionais; Helena Chagas, da Secretaria de Comunicação Social; Eleonora Menicucci, da Secretaria de Política para as Mulheres.

Cumprimento o nosso querido ex-senador, ex-ministro, ex-governador Waldir Pires,

Senhor Glaucius Oliva, presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico,

Senhoras e senhores embaixadores credenciados no meu governo,

Senhoras e senhores senadores Marta Suplicy e Eduardo Suplicy,

Senhores deputados federais Alessandro Molon e Newton Lima,

Senhor Américo Fialdini Júnior, presidente da Fundação Conrado Wessel,

Almirante de esquadra Julio Soares de Moura Neto, comandante da Marinha do Brasil que copatrocina este prêmio com o CNPq e a Fundação Conrado Wessel,

Senhoras e senhores reitores,

Doutor Jacob Palis, presidente da Academia Brasileira de Ciências, por intermédio de quem cumprimento todos os dirigentes de centros de pesquisa, fundações, sociedades, associações acadêmicas, científicas e tecnológicas,

E senhores jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.

Este é um discurso de uma discípula para uma mestra, com muito orgulho e muito carinho. Orgulho por presidir esta cerimônia, que concede o maior e mais importante prêmio científico do Brasil – o Prêmio Almirante Álvaro Alberto para Ciência e Tecnologia – à professora Maria da Conceição Tavares, por sua imensa generosidade, por sua grande inteligência, seus méritos intelectuais, sua extraordinária dedicação à formação de várias gerações de brasileiros e brasileiras - de economistas, sim, mas de pessoas comprometidas com o país.

Carinho por homenagear minha mestra, que eu sou testemunha de seu compromisso com o Brasil, com o desenvolvimento do nosso país, com o desenvolvimento da América Latina. Compromisso que sempre cumpriu, tratando economia como ela deve ser tratada, como economia política.

Falo como aluna que fui da professora Maria da Conceição Tavares, com quem aprendi muito e continuo aprendendo com sua integridade, sua competência, sua firmeza de princípios. Aluna que a teve e tem como referência em todos estes anos, inclusive, hoje, em minhas tarefas como a primeira mulher a exercer a Presidência da República no Brasil.

Nessa plateia repleta de alunos da professora Maria da Conceição, sei que encontro ressonância ao afirmar que não houve momento importante na história do nosso país, das nossas gerações nas últimas décadas em que não contássemos com a palavra da nossa professora. Muitas vezes, com a sua palavra crítica, que nós recebemos sempre com uma certa humildade, porque aprendemos a respeitar a capacidade crítica e o compromisso que Maria da Conceição tem com os rumos e os destinos do país. Respeitar o seu ardor entusiasmado, sua posição firme sempre formulando posições voltadas para o bem-estar do nosso povo, para a soberania do nosso país, e pelo desenvolvimento do nosso Brasil.

O ministro Raupp e o representante da Fundação Conrado Wessel fizeram um perfil da nossa querida professora Maria da Conceição Tavares. Acho que a melhor síntese é que a Maria da Conceição carrega a nação brasileira na sua trajetória acadêmica. Mas eu queria acrescentar na sua trajetória pessoal e política.

Ela sempre carregou... ela sempre carregou esse compromisso com o Brasil e com o seu povo. E por isso, esta homenagem é simbólica. Simbólica porque também o Almirante Álvaro Alberto deu a sua contribuição nesse sentido da construção de um país soberano. E simbólica porque o Brasil vive, hoje, ou vive nos últimos anos, nós últimos nove, dez anos, um ponto de mutação na história do seu desenvolvimento. E para a história desse desenvolvimento e para o desenvolvimento foi necessário que nós tivéssemos compreensões, compromissos, idéias e tivéssemos, de uma forma ou de outra, o mapa do caminho.

Nessa questão do mapa do caminho, a nossa professora Maria da Conceição Tavares deu grandes contribuições. Nós, hoje, não admitimos mais a possibilidade de construir um país forte e rico dissociado de melhorias nas condições de vida de nossa população, nem tão pouco acreditamos mais na delegação da condução de nosso crescimento exclusivamente às forças de autorregulação do mercado – crença, aliás, que Maria da Conceição Tavares sempre corretamente criticou.

Não acreditamos mais que nós poderíamos nos desenvolver sem nos libertar das amarras que nos prendiam a interesses nacionais em outras regiões do mundo.

Hoje, nós vivemos uma grande transformação. Uma benigna subordinação da lógica econômica à agenda dos valores indissociáveis da democracia e da inclusão social.

Sabemos que, nos últimos anos, criamos uma série de políticas. Temos hoje ainda alguns entraves a romper, e, magistralmente, a nossa querida Maria da Conceição Tavares sempre

manifesta, de uma forma bastante enfática, para mim pelo menos, quais são esses entraves, e como é urgente rompê-los.

Eu agradeço essa sistemática colaboração que eu tenho na minha querida mestra e professora.

Por isso, eu quero dizer para vocês que eu estou hoje, aqui, extremamente orgulhosa, porque posso participar dessa homenagem, que é mais do que uma homenagem, é uma celebração de uma vida digna, ética, de uma vida comprometida com os interesses do nosso país.

Talvez, a Maria da Conceição Tavares seja a mais brasileira de todos nós, porque ela é brasileira por opção. Ela tem, na sua trajetória, um imenso compromisso com o nosso país, por isso, ela já merecia muitos prêmios, além deste que nós estamos aqui dando a ela.

Este prêmio significa uma justiça e um reconhecimento de toda a sua orientação, que influenciou várias gerações de estudantes e de profissionais brasileiros. Reconhece a contribuição inestimável de nossa professora Maria da Conceição Tavares ao nosso país, por meio de obstinada e vitoriosa militância política institucional.

Por isso, eu queria dizer que a Maria da Conceição Tavares é brasileira de coração, de mente e de desígnio. À minha mestra, mais uma vez, com muito carinho.

Ouçã a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-entrega-do-premio-almirante-alvaro-alberto-para-ciencia-e-tecnologia-a-professora-maria-da-conceicao-tavares-brasilia-df-11min13s) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-entrega-do-premio-almirante-alvaro-alberto-para-ciencia-e-tecnologia-a-professora-maria-da-conceicao-tavares-brasilia-df-11min13s>) (11min13s) da Presidenta Dilma.

# **21-05-2012 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de assinatura da ordem de serviço das obras de construção da ponte sobre a Lagoa do Imaurí-BR-101**

**Laguna-SC, 21 de maio de 2012**

Boa tarde a todos vocês. Eu vou começar cumprimentando, aqui, esse povo bonito, esse povo caloroso e amigo aqui de Laguna. E cumprimentar a todos os nossos brasileiros que nasceram aqui em Santa Catarina, os nossos catarinenses.

Vou saudar e agradecer as palavras do nosso querido governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo.

Queria cumprimentar também os ministros que estão aqui comigo: ministro Paulo Sérgio Passos, dos Transportes, e a ministra Ideli Salvatti, ministra catarinense das Relações Institucionais.

Cumprimentar também o vice-governador de Santa Catarina, Eduardo Pinho Moreira.

Cumprimentar o prefeito de Laguna, Célio Antônio,

Os senadores Luiz Henrique e Casildo Maldaner,

Os deputados federais Carmen Zanotto, Décio Lima, Edinho Bez, a minha querida Luci Choinacki, e o Ronaldo Benedet.

Agradecer e cumprimentar o general Fraxe, diretor-geral do DNIT.

Cumprimentar a todos os prefeitos e as prefeitas aqui presentes.

Cumprimentar também o senhor Luiz Nascimento, da Camargo Corrêa, em nome de quem cumprimento todos os funcionários integrantes do consórcio responsável por esta obra.

Cumprimentar os senhores jornalistas e as senhoras jornalistas aqui presentes, os fotógrafos e os cinegrafistas.

Meus queridos amigos e amigas,

Hoje, para mim, é um dia também muito especial. Eu estou aqui em Santa Catarina, que é um estado que há mais de 40 anos eu conheço, porque nós éramos vizinhos, eu morava aqui perto, no Rio Grande do Sul, e há um hábito gaúcho, que é vir passar as férias em Santa Catarina. E muitas vezes eu fiz esse trajeto, muitas vezes eu passei de carro por aqui. E eu tive a honra de poder decidir sobre essa ponte, a construção dessa ponte. Não só porque eu conheço esse fluxo, mas também porque o general Fraxe teve o cuidado de fazer uma gravação a respeito do congestionamento que ocorria aqui na região, e que deu para eu

perceber como estava grave aqui o fluxo de veículos, que se estreitava justamente na ponte.

E, por isso, hoje eu estou muito feliz de estar aqui dizendo e vendo e presenciando essa ordem de serviço para iniciar as obras da construção da nova ponte Anita Garibaldi. Eu assumo com todos os catarinenses, as lideranças catarinenses aqui presentes, os senadores, os deputados federais e o governador esse compromisso de dar a essa ponte o nome de uma heroína brasileira. De fato, uma heroína de dois mundos, não é, do Brasil e da Itália, da Europa e da América Latina. Mas uma heroína que honra muito nós, mulheres brasileiras, catarinenses, e que nos dá muita alegria, porque era uma mulher corajosa, era uma mulher determinada, era uma mulher de fibra. Nada mais do que justo que essa nova ponte sobre a Lagoa do Imaruí tenha o nome de Anita Garibaldi.

Eu queria também dizer a vocês que, para nós, é muito importante essas obras de infraestrutura aqui no estado. O estado de Santa Catarina é um daqueles estados especiais no Brasil. Por que são estados especiais? Todos os estados brasileiros têm os mesmos direitos, mas o desenvolvimento histórico de alguns estados tornou-os lideranças em algumas áreas, tanto da produção industrial, quanto da produção agrícola, quanto da prestação de serviços.

E eu queria dizer que Santa Catarina é muito importante para o Brasil. É muito importante porque, aqui, como o desenvolvimento começou primeiro, como as pessoas tiveram acesso à educação antes do restante de algumas regiões do país, aqui, tanto o governo federal, mas também o povo de Santa Catarina têm um compromisso, que é o compromisso de continuar crescendo, criando emprego, distribuindo renda e melhorando, cada dia mais, a vida da população.

Por isso, quando nós colocamos aqui, neste investimento da ponte, mais de [R\$] 500 milhões, nós estamos dando só um passo, porque é fundamental que aqui se continue esse processo. Para dar perfeita, o encerramento das obras, todas as iniciativas que vão levar ao encerramento das obras da BR-101, é fundamental também que a gente faça o túnel do Morro dos Cavalos. E isso também é uma decisão do governo: construir o túnel do Morro dos Cavalos, sem o que não se terá uma BR-101 nesta região fluindo como deve.

Além disso, nós sabemos que a construção do túnel do Morro dos Cavalos é uma obra complexa. Por isso, ao mesmo tempo em que fazemos a obra do túnel do Morro dos Cavalos, vamos construir uma estrada, uma variante, para garantir que não haja as consequências de congestionamento nessa estrada tão importante para o Sul do Brasil.

Queria também dizer que nós assumimos o compromisso, aqui, da duplicação da [BR]-470 e da [BR]-280. Eu sei, e até o Governador levantava isso para mim. Eu sei que a [BR]-470 é como se fosse uma espécie de coluna vertebral de local de transmissão, tanto no que se refere à circulação de pessoas, como de bens, como de serviços, como de infraestrutura para os portos. Enfim, ela é crucial para o desenvolvimento desta região e, portanto, do Brasil.

Queria também dizer para vocês que nós vivemos um momento muito especial hoje no Brasil. Vocês devem ter lido jornais, vocês veem que há uma crise bastante intensa nos Estados Unidos e na Europa. Na Europa, a situação, nos últimos... nas últimas semanas tem se deteriorado bastante, e as pessoas ficam pensando assim: e como é que fica o Brasil? Bom, como é que fica o Brasil? O Brasil fica muito bem. O Brasil fica muito bem porque nós não temos, nós não temos os graves problemas que têm os Estados Unidos e a Europa. E por que é que nós não temos esses graves problemas? Porque ao longo da nossa história nós, brasileiros, desde o processo de abertura democrática deste país, há mais de 28 anos, nós viemos construindo a nossa estabilidade.

Nos últimos anos, a partir do governo do presidente Lula, nós tivemos o cuidado de criar um

conjunto de armas contra crises externas. Se vocês se lembram bem, no passado o mundo espirrava lá fora e nós pegávamos uma pneumonia. Hoje nós não pegamos pneumonia. Vocês lembram que, na crise de 2008/2009, nós fomos atingidos pelas suas consequências, mas ela, aqui no Brasil, durou muito pouco.

Agora, eu queria dizer para vocês, que nós estamos ainda mais fortes do que estávamos em 2008/2009. Agora, para ter uma ideia, nós temos US\$ 370 bilhões de reservas. Naquela época, ou seja, 2008/2009, nós tínhamos [US\$] 205 bilhões. E isso é uma garantia, porque você ter US\$ 370 bilhões é uma proteção contra o que quer que aconteça no sistema financeiro internacional. Nós temos condições de garantir que as nossas indústrias continuem exportando, continuem importando, continuem, enfim, funcionando.

Ao mesmo tempo, a gente está vendo que há um problema sério nos sistemas bancários dos países europeus. Por exemplo, recentemente o jornal noticiou corridas para os depositantes dos dinheiros nos bancos sacarem o seu dinheiro para se proteger contra o que pode acontecer naquelas economias, com medo dos bancos falirem ou com medo dos governos não terem dinheiro para pagar seus créditos.

Nós, no Brasil, não precisamos encostar em um tostão do orçamento brasileiro para expandir o crédito. Nós temos depositado, no Banco Central, em torno de R\$ 400 bilhões a título de depósito que os bancos são obrigados a colocar no Banco Central como garantia do sistema financeiro público e privado. Portanto, nós temos [R\$]400 bilhões para enfrentar qualquer emergência de crédito.

Além disso, hoje, aqui, nós damos mais uma demonstração de que o Brasil é diferente da Europa. A Europa está enfrentando a crise, ao invés de buscar o crescimento, está enfrentando a crise produzindo uma das maiores recessões que se tem notícia, a ponto de alguns países terem taxas de desemprego que nós sequer concebemos, o que é uma parte da população jovem, a metade da população jovem de um país não ter emprego. É uma coisa que é um absurdo, é uma desesperança só. É, de fato, um país não ter esperança no futuro porque o jovem é aquilo que é mais importante num país – o jovem e a criança – porque ele é o futuro do país em questão, e o nosso futuro está preservado. Nós, hoje, temos um compromisso com o crescimento, a geração de emprego e a distribuição de renda.

Daí porque essa obra em que o governo federal coloca R\$ 500 milhões, e as outras obras, como as duas duplicações - a da [Br]-470 e a [BR]-280, e o túnel do Morro dos Cavalos - ela representa um investimento forte em infraestrutura, mas, ao mesmo tempo, ela representa aumento da contratação de mão de obra, portanto, aumento de emprego, ela representa demanda de cimento, demanda de aço, de todos os componentes necessários para se construir uma estrada. E mostra que o Brasil, ao invés de estar parado, esperando uma crise, está ativo, buscando, através de investimentos para beneficiar o seu povo, mudar as condições de combate e de resistência ao que vier de fora.

Por isso, eu posso garantir a vocês: nós... Me perguntaram, outro dia, se a gente estava preparado para enfrentar o que puder acontecer na Europa. Eu posso assegurar a vocês: nós estamos 100% preparados, 200% preparados, 300% preparados. E essa obra aqui faz parte dessa resistência contra a crise. Nós vamos resistir à crise criando emprego, investindo em infraestrutura, investindo também nas atividades sociais necessárias para que o nosso país seja um país que, ao mesmo tempo em que cresce, distribua a sua riqueza.

Um grande abraço a vocês todos. Eu, de fato, estou muito feliz de estar aqui. E acredito que todos vocês, comigo, têm um compromisso. O nosso compromisso é um só: o nosso compromisso é com este país, com a força que este país tem, com o fato de que nós temos futuro e nós temos esperança.

Um abraço para cada um.

Ouçã a íntegra do discurso (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-assinatura-da-ordem-de-servico-das-obras-de-construcao-da-ponte-sobre-a-lagoa-do-imarui-br-101-laguna-sc-16min03s>) (16min03s) da Presidenta Dilma

■

# 30-05-2012 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de entrega do Prêmio ODM Brasil - 4ª Edição

Palácio do Planalto, 30 de maio de 2012

Queria cumprimentar todos os presentes aqui nesta cerimônia.

Cumprimentar o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia,

Senhoras e senhores embaixadores acreditados junto ao meu governo.

Queria cumprimentar também, aqui presentes, todos os ministros e ministras de Estado, cumprimentando o ministro da Secretaria-Geral, Gilberto Carvalho.

Queria cumprimentar a senhora Helen Clark, ex-primeira ministra da Nova Zelândia e, atualmente, administradora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, por intermédio de quem saúdo todos os representantes de organismos internacionais.

Queria cumprimentar o senhor Rodrigo Rocha Loures, secretário-executivo do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade.

Queria dirigir um cumprimento especial aos ministros da América Latina e do Caribe, aos ministros da África aqui presentes. São 12 países africanos aqui representados, 16 países latino-americanos e caribenhos.

Queria também dirigir um cumprimento especial aos senhores senadores Aníbal Diniz e Ângela Portela, e aos deputados federais aqui presentes.

Queria cumprimentar a Mariana Aleixo, a coordenadora da Organização da Maré de Sabores, por intermédio de quem eu cumprimento cada um dos representantes das prefeituras e das organizações premiadas.

Pode ter certeza de que foi uma imensa honra, para nós, entregar o prêmio desta 4ª edição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Além de ser uma honra, foi com muito orgulho que nós percebemos a diversidade de ações de todas essas entidades e prefeituras que representam diferentes regiões do Brasil com diferentes ações, no sentido de melhorar a vida dos brasileiros e das brasileiras.

Minha cara Maria da Penha e demais integrantes do júri do Prêmio ODM Brasil,

Caros alunos e alunas da Orquestra Social da Comunidade Estrutural Cara Maestrina,

Senhores e senhoras jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.

Senhoras e senhores,

É uma grande satisfação para mim participar desta 4ª edição do Prêmio Objetivos do Milênio Brasil. Ao entregar o prêmio às vinte experiências selecionadas, nós todos contemplamos e, além disso, estamos reconhecendo o esforço de cada uma dessas organizações e dessas prefeituras no sentido de transformar a vida, a vida real, concreta das pessoas, apoiar sua conquista de direitos, de voz, de cidadania. Esse prêmio representa ainda muito mais, porque

ele também reafirma a causa da justiça social, do combate à exclusão, da construção de um país sem pobreza que exige o engajamento de todos, sem exceção: empresários, prefeitos e governadores. E exige, fundamentalmente, a dedicação de toda a sociedade.

Neste ato, nós reconhecemos o quanto depende e o quanto dependemos da mobilização de todos vocês para atingir os nossos objetivos. Uma tarefa dessas - e isso eu acredito que é algo que vale para qualquer parte do mundo -, uma tarefa dessas que, geralmente, é uma tarefa que tenta resgatar milhares de anos, mas, sobretudo, os últimos anos de exclusão, miséria, de perda de direitos, de serviços públicos que não são levados até o conjunto da população. Uma tarefa dessas tem de ter o papel do governo, sim, mas, também, precisa da adesão da sociedade e que essa adesão se traduza em participação, em organização de experiências e em organização de atividades.

O número de projetos inscritos nessa 4ª edição do Prêmio ODM, 1.638 projetos, ele representa, esse número, justamente esse empenho e a participação comprometida da sociedade civil. Uma participação também das nossas prefeituras, que estão mais perto da comunidade. E o que me torna muito feliz é perceber que a cada ano esse número vem aumentando, que a cada ano mais prefeituras, mais organizações se candidatam com projetos cada vez mais consistentes.

Se hoje nós podemos afirmar que o Brasil caminha firmemente para o cumprimento das metas dos Objetivos do Milênio, esse resultado deve muito a cada um dos mais de 5 mil projetos, 5 mil projetos que já participaram desde o governo do presidente Lula deste prêmio a partir da sua primeira edição em 2005.

Por isso, eu dirijo aqui parabéns aos projetos selecionados, mas, sobretudo, parabéns a todos aqueles que enviaram seus projetos, que tiveram interesse de participar, que se empenharam e dedicaram seu trabalho, suas esperanças a essa tarefa que é fundamental para o nosso país.

Meus caros amigos e amigas aqui presentes,

Nós sabemos que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio representam uma reafirmação dos compromissos e dos direitos fundamentais contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Desde que foram aprovados na Cúpula do Milênio, em 2000, fixando metas para o atendimento a vários direitos fundamentais, os ODMs orientam políticas e ações de governos e sociedades no mundo todo.

Eu falo aqui, principalmente, lembrando a presença de países africanos, latino-americanos e caribenhos, e a experiência própria do Brasil, eu falo aqui de uma tarefa que tem de ser a tarefa mais importante dos nossos governos, que é a tarefa de resgatar da pobreza, resgatar da extrema pobreza e da miséria milhões e milhões de cidadãos africanos, latino-americanos e caribenhos. Nós sabemos, porque vivenciamos todo esse processo e compartilhamos em conjunto dessa experiência, nós sabemos que essa é a tarefa mais importante de um governo, que é resgatar para a cidadania, para a condição de consumidor, trabalhador, produtor, cidadão, a população dos nossos países.

Nós, aqui no Brasil, ao assumirmos o compromisso de transformar econômica, socialmente e ambientalmente um país, percebemos a ligação desses três eixos, que era fundamental para se desenvolver, distribuir renda, assegurar emprego, garantir serviços públicos de qualidade. Em síntese, era fundamental incluir socialmente a nossa população.

Nós percebemos também que um desenvolvimento e um crescimento econômico que não respeita o meio ambiente compromete o presente e o futuro dos nossos países. E percebemos que a soma de incluir, crescer, proteger e conservar resulta num

desenvolvimento qualitativamente melhor e quantitativamente maior. Porque, para nós, País Rico é País sem Pobreza, parece que nós estamos falando uma obviedade. Mas não estamos. Ao longo da nossa história, para muitas pessoas, um país podia ser rico e a sua população permanecer pobre ou podia crescer economicamente e a sua população ser condenada à pobreza. Nós estamos mostrando na prática que isso é uma mentira. Segundo, nós também mostramos que é possível preservar nossas florestas, nossa biodiversidade. É possível preservar os nossos rios. É possível preservar as nossas riquezas naturais e o país é um dos países com uma riqueza ambiental da mais alta qualidade e da mais alta variação. É possível tudo isso e ao mesmo tempo crescer e é possível tudo isso e ao mesmo tempo desenvolver sua produção agrícola, sua produção industrial e seus serviços.

Nós temos uma história para contar. A nossa história é a história de um desafio e de um país que foi condenado, durante muito tempo, a ter uma das maiores taxas de desigualdade do mundo. E, agora, nós nos erguemos nos nossos próprios pés para assumir a tarefa de fazer o desenvolvimento do nosso país. E nisso nós temos o apoio de entidades internacionais, como é o caso aqui do PNUD. Nós temos apoio de entidades internacionais comprometidas com o desenvolvimento.

Com muito orgulho, eu recebo os ministros representantes dos países latino-americanos e caribenhos e dos países africanos. E acredito que nós devemos assumir sempre um desafio maior a cada vez. Meta é para isso. Meta é para construir um objetivo e fazer com que nós vamos atrás dele, busquemos forças, busquemos tecnologia, participação cidadã, busquemos todas as nossas capacidades para realizá-la.

Por isso, eu acredito que o alcance das metas, dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio foi uma iniciativa muito importante, porque construiu metas para o mundo, construiu um reconhecimento que aqueles objetivos, do um ao oito, eram questões essenciais e que tinham de ser resolvidas pelos povos do mundo neste momento histórico.

Agora, nós, que estamos a um mês da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que vai ocorrer no Rio de Janeiro, nós, agora, temos diante de nós uma nova discussão. Sem abrir mão dos nossos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, nós temos de dar passos à frente. E os nossos passos à frente são a expressão do nosso comprometimento com essa tríade: incluir, crescer, proteger e conservar, ou conservar, proteger, crescer e incluir.

E isso significa que nós teremos de criar metas, nesse sentido de metas a serem perseguidas e realizadas. Muitas vezes, como nós provamos, realizadas antes da data que para as quais elas estavam previstas. Agora, as metas são importantes. Elas são fundamentais. Elas mostram o horizonte da humanidade. Elas dão uma diretriz e mostram o caminho.

Daí porque nós acreditamos muito em acoplar as metas, os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio às metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que nada mais é do que crescer... Porque as metas de Desenvolvimento do Milênio, elas têm esse caráter, elas têm esse caráter de uma forma ainda não muito explícita. É preciso explicitar e caminhar na direção, e provar que nós aprendemos. Aqui no Brasil nós temos consciência de que aprendemos. Nós podemos avançar nessa direção, porque aprendemos que políticas de inclusão são decisivas para o crescimento econômico. Criam o mercado interno, criam o emprego. Políticas de inclusão social transformam uma sociedade, dão a ela dignidade, autorespeito, dão a ela orgulho.

Aprendemos que a preservação do meio ambiente é condição essencial do crescimento econômico. Verificamos isso na nossa agricultura. Descobrimos que uma matriz energética renovável é sempre melhor do que uma matriz energética fóssil ou físsil. Descobrimos que a

preservação das nossas riquezas naturais somente será possível se os direitos fundamentais de nossa população estiverem garantidos e vice-versa. E descobrimos que a produção sustentável é a melhor forma de gerar oportunidades para a inclusão de todos nós.

Eu aproveito para reiterar o convite a todos os ministros da América Latina, do Caribe e da África a comparecer à nossa reunião, daqui a 1 mês, 20, 21 e 22 de junho, a Rio+20.

Por fim, eu queria dizer que chegar até este momento de celebração desta edição do Prêmio exigiu muito trabalho e dedicação. Exigiu trabalho de todo o governo federal sob a coordenação do ministro Gilberto. Faço menção especial aos dirigentes e às equipes da Secretaria-Geral, do Ipea e da Enap, que se dedicaram ao sucesso desse Prêmio. Agradeço o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Pnud, e do Movimento Nacional pela Cidadania, parceiros fundamentais nessa iniciativa. De cada uma das organizações e prefeituras que participaram do processo de seleção dessa 4ª edição do Prêmio ODM Brasil, em especial, àquelas que receberam esse Prêmio hoje, eu manifesto novamente a honra de tê-los aqui e a honra de ter participado da entrega do Prêmio. Volto a afirmar meu reconhecimento a todas.

Queria também concordar com o nosso representante aqui do Movimento Nacional pela Cidadania. Não podia deixar de fazer isso por uma questão de justiça. A importância. Porque processos e pessoas têm uma ligação íntima. As pessoas nos lugares certos e na hora certa, elas mudam os processos e transformam a realidade. E por isso eu queria, de fato, aqui, fazer uma homenagem especial ao presidente Lula. Tenho certeza que faço essa homenagem pelo desempenho do presidente Lula em se comprometer no Brasil com a questão do desenvolvimento e da oportunidade para os mais pobres deste país. E o seu comprometimento internacional com a luta pela erradicação da pobreza nas regiões pobres do nosso planeta, que ele conhecia bem, porque são muito parecidas com o Brasil, e pelo nosso posicionamento levado pelo presidente Lula no que se refere à África, à América Latina e ao Caribe.

Então, eu acredito que todos nós aqui que participamos dessa cerimônia temos esse reconhecimento a prestar.

Muito obrigada a todos.

Ouçã a íntegra do [discurso](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-entrega-do-premio-odm-brasil-2013-4a-edicao-brasilia-df) (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-do-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-entrega-do-premio-odm-brasil-2013-4a-edicao-brasilia-df>) (21min31s) da Presidenta Dilma.